

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Revista Querubim

Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais

**Edição 45
Ano 17**

**Volume 07
Educação**

**Charlyan de Souza Lima
Bruna Cruz Magalhães
(Org.)**

2021

2021

2021

2021

**Aroldo Magno de Oliveira
(Org./Ed.)**

Niterói – RJ

Revista Querubim 2021 – Ano 17 nº45 – vol. 7 Especial-Educação – 47p. (outubro – 2021)
Rio de Janeiro: Querubim, 2021 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais Periódicos. I - Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)
Darcília Simoes (UERJ – Brasil)
Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)
Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)
Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)
Virginia Fontes (UFF – Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor

Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice Akemi Yamasaki
Andre Silva Martins
Elanir França Carvalho
Enéas Farias Tavares
Guilherme Wyllie
Hugo Carvalho Sobrinho
Hugo Norberto Krug
Janete Silva dos Santos
João Carlos de Carvalho
José Carlos de Freitas
Jussara Bittencourt de Sá
Luiza Helena Oliveira da Silva
Marcos Pinheiro Barreto
Mayara Ferreira de Farias
Paolo Vittoria
Pedro Alberice da Rocha
Ruth Luz dos Santos Silva
Shirley Gomes de Souza Carreira
Vânia do Carmo Nóbile
Venício da Cunha Fernandes

SUMÁRIO

01	Allana da Silva Mendes et al – O lúdico na educação infantil: definições básicas e a atuação do educador	04
02	Jéssica Guimarães Gomes et al – Contexto histórico do lúdico: episódios no Brasil e no mundo	09
03	Janayra Cardoso Silva et al – Psicomotricidade: suas abordagens e o fazer pedagógico do docente	17
04	IlayneNágila Costa Melo et al – Aspectos conceituais da leitura: conhecimentos e reflexões sobre a prática da leitura no cotidiano brasileiro	25
05	Francikele Conceição Carvalho Oliveira et al – Família e escola: contexto de desenvolvimento humano e papel social da escola	35
06	RESENHA – Ana Maria Alves da Silva, Charlyan de Sousa Lima e Bruna Cruz Magalhães MENDES, E. G. A Política de Educação e o Futuro das Instituições Especializadas no Brasil. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas , v. 27, n. 22, p. 1-24, 2019.	43
07	RESENHA – Maria Valdilene Santos Pereira, Charlyan de Sousa Lima e Bruna Cruz Magalhães NEVES, L. R.; RAHME, M. M. F.; FERREIRA, C. M. R. J. Política de educação especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva. Educação & Realidade , Porto Alegre, v. 44, n. 1, 2019.	46

O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DEFINIÇÕES BÁSICAS E A ATUAÇÃO DO EDUCADOR

Allana da Silva Mendes¹
Charlyan de Sousa Lima²
Bruna Cruz Magalhães³

Resumo

Objetivou-se apresentar algumas definições básicas sobre lúdico e refletir sobre a atuação do educador, a partir do uso da ludicidade na educação infantil. Observou-se que brincando a criança usa sua imaginação, demonstra mais de si e aprende interagindo com o outro. O lúdico possibilita ao educador um alcance mais amplo junto ao aluno, levando-o a raciocinar rápido e ser criativo, pois tanto o jogo quanto a brincadeira deve ser usufruído na sala de aula, para tornar o espaço mais acolhedor e dinâmico. Conclui-se que o lúdico é uma importante ferramenta de progresso pessoal e de alcance de objetivos institucionais, desta forma traz ao educador uma vasta linha de possibilidades para o uso deste em seu cotidiano escolar.

Palavras-chave: Brincadeiras. Prática pedagógica. Professor.

Abstract:

This work was aimed at presenting some basic definitions about playwright and reflecting on the work of the educator, starting from the use of playfulness in children's education. It has been observed that playing the child uses his imagination, demonstrates more of himself and learns by interacting with the other. Even the playful allows the educator a wider reach with the student, leading him to reason quickly and be creative, because both the game and the play must be enjoyed in the classroom, to make the space more welcoming and dynamic. It is concluded that play is an important tool of personal progress and achievement of institutional objectives, thus bringing to the educator a wide range of possibilities for the use of this in his school life.

Keywords: Jokes. Pedagogical practice. Teacher.

Introdução

A Educação Infantil é assegurada nas escolas pela Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 9394/96, assim como outros documentos que são norteadores a sua prática, como, por exemplo, a Referências Nacionais para Educação Infantil - RCNEI e tantos outros documentos que estabelecem e asseguram as normas e os parâmetros para que ocorram as políticas públicas na infância.

São documentos que possibilitam a segurança dos direitos garantidos de cada criança, onde se sabe que a escola é um direito que cada cidadão tem assegurado, onde nesta temática ao tratarmos da criança inserida na escola de ensino regular educação infantil, destaca-se que a escola deve ser um lugar para cuidar e educar.

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão.

² Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES. Professor da Rede Estadual do Maranhão e da Rede Municipal de Chapadinha-MA.

³ Mestra em Saúde do Adulto e da Criança pela Universidade Federal do Maranhão. Professora do Curso da Faculdade Santa Luzia.

Diante disso, mencionamos o art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 9394/96,

Art. 29 - A educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Percebe-se a segurança e a proteção, em uma Lei que disciplina a estrutura e o funcionamento do sistema escolar brasileiro, trazendo em seus dispositivos o direito de todo o cidadão em relação à educação. A escola com sua vasta diversidade vêm ser um âmbito rico em possibilidades de alcance ao conhecimento e a socialização. Sendo uma troca de ideias e buscas para o crescimento de um sujeito participativo, produtivo e que saiba conviver no meio que o cerca.

Ao falarmos da educação infantil, tem-se o sujeito criança que necessita de um contexto educativo cheio do novo e de práticas interativas que busquem sua atenção e seu interesse, levando em consideração a realidade da qual ele está inserido. Diante disso, traz-se um trecho do documento Política Nacional de Educação Infantil (2006, p.07): pelos direitos das crianças de zero a seis anos à educação,

A Educação Infantil, embora tenha mais de um século de história como cuidado e educação extradomiciliar, **somente nos últimos anos foi reconhecida como direito da criança, das famílias, como dever do Estado e como primeira etapa da Educação Básica.** (grifo nosso).

Percebe-se que não faz tanto tempo que esse reconhecimento foi pautado e trazido para o meio educativo, mas, em análise a indica que a educação infantil vem ser o alicerce na vida educativa do sujeito. Sendo assim, um espaço para o conhecimento e para o crescimento, onde se faz necessária a criação de um espaço lúdico, onde se trabalha a interação por meio de atividades lúdicas.

Por fim, esse trabalho objetivou-se apresentar algumas definições básicas sobre lúdico e refletir sobre a atuação do educador, a partir do uso da ludicidade na educação infantil.

Desenvolvimento

O espaço lúdico vem trazer o desenvolvimento infantil e tentar suprir suas necessidades enquanto crianças. Destaca-se que este espaço deve ser planejado e organizado para o desenvolvimento das experiências e descobertas de si e do mundo que está à sua volta. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: (1998, p.62) conhecimento de mundo, traz em suas entrelinhas que,

Os jogos de improvisação podem, também, ser realizados com materiais variados, como os instrumentos confeccionados pelas crianças, os materiais disponíveis que produzem sons, os sons do corpo, a voz etc. (...).

O lúdico é o aprender construindo e partilhando ideias, trazendo a construção não apenas dos conhecimentos, mas das habilidades que por diversas vezes ficam ocultas pelo sujeito não ter tido a oportunidade da descoberta. Destarte, nota-se normas e documentos que trazem um histórico de conquistas e aberturas de espaço, que asseguram direitos e a construção de fases e momentos adequados na vivência educacional da criança.

Definições teóricas sobre o Lúdico

O lúdico tem sua origem na palavra latina “ludus”, que significa “jogo”. E, com o decorrer do tempo, a expressão lúdica significa: jogos, brincadeiras e diversão. Sendo um termo reconhecido como a prática da espontaneidade, do demonstrativo do comportamento individual e em grupo.

A metodologia pedagógica lúdica é o ensinar, fazendo utilização de jogos e brincadeiras, para tornar o aprendizado mais prazeroso e significativo para a criança, onde ela poderá desenvolver mais a sua criatividade e o seu desenvolvimento. O lúdico no âmbito educacional vem desenvolvendo não só a parte intelectual da criança, como a coordenação motora, física e a interação com outras crianças, sendo um conhecimento e uma descoberta de si e das diversidades que a cercam.

Dessa forma, Almeida (2014, p. 15) coloca,

A educação lúdica contribui e influencia na formação da criança, possibilitando um crescimento sadio, um enriquecimento permanente, integrando-se ao mais alto espírito democrático enquanto investe em uma produção séria do conhecimento. A sua prática exige a participação franca, criativa, livre, crítica, promovendo a interação social e tendo em vista o forte compromisso de transformação e modificação do meio.

A autora destaca a importância da educação lúdica, a influência sob a formação da criança, seu crescimento como sujeito que aprende e descobre. Consoante o que fora citado, ainda destaca-se o desenvolvimento, o espírito democrático e solidário, pois brincando a criança também aprende a partilhar seus brinquedos e descobertas, assim como indagar perante a descoberta do outro.

Vigotski (2008, p.26) explica,

Na brincadeira, a criança cria uma situação imaginária. Parece-me que é esse o critério que deve ser adotado para distinguir a atividade de brincar dentro do grupo geral de outras formas de atividade da criança. Isso torna-se possível em razão da divergência, que surge na idade pré-escolar, entre o campo visual e o semântico.

É brincando que a criança usa sua imaginação, demonstra mais de si e aprende interagindo com o outro. A criança faz uso de sua realidade, aprendendo a discernir o mundo da fantasia com a sua realidade. Diante disso, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: (1998, p.25) conhecimento de mundo,

As brincadeiras que compõem o repertório infantil e que variam conforme a cultura regional apresentam-se como oportunidades privilegiadas para desenvolver habilidades no plano motor, como empinar pipas, jogar bolinhas de gude, atirar com estilingue, pular amarelinha etc.

Destarte, percebe-se a importância do lúdico, mas entrelaçando a sua utilização, é notório o quanto se faz necessário a utilização de brincadeiras e jogos conforme a realidade do aluno. O distanciamento da realidade do aluno na utilização de métodos pedagógicos que facilitem o processo de ensino aprendizagem, poderá gerar mais dúvidas, por conta do distanciamento daquilo que o cerca.

Ao brincar a criança busca se adaptar de forma ativa à realidade onde vive, constrói de acordo com o seu meio social, sua cultura, sua vivência cotidiana. Por isso, a escola vem sendo uma estrutura repleta de diversidade, tanto de sujeitos como de grupos.

O educador e o uso da ludicidade no âmbito educacional

O educador é um instrumento para o conhecimento, sendo o sujeito que possibilita a descoberta do conhecimento por meio do processo de ensino aprendizagem. A utilização dos jogos e brincadeiras no âmbito educacional por intermédio do educador é uma forma de melhorar qualidade para a aprendizagem, sendo um método que tem trazido maior interação entre a relação professor/aluno.

O documento Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p.33,36) menciona algumas didáticas ao professor, das quais se cita:

O professor pode propor atividades em que as crianças, de forma mais sistemática, observem partes do próprio corpo ou de seus amigos, usando-as como modelo, como, por exemplo, para moldar, pintar ou desenhar. Essa possibilidade pode ser aprofundada, se forem pesquisadas também obras de arte em que partes do corpo foram retratadas ou esculpidas. (...).
Algumas brincadeiras tradicionais podem contribuir para a qualidade das experiências motoras e posturais das crianças, como, por exemplo, a brincadeira de estátua cuja regra principal é a de que as crianças fiquem paradas como estátua a um sinal, promovendo a manutenção do tônus muscular durante algum tempo.

Sendo perceptível a importância deste documento para a vivência educativa, como um norteador para as didáticas e metodologias que irão ser utilizadas. Além de ser uma base para o educador, que por inúmeras vezes necessita de um amparo e guia no processo de ensino-aprendizagem. O lúdico possibilita ao educador um alcance mais amplo junto ao aluno, levando-o a raciocinar rápido e ser criativo, pois tanto o jogo quanto a brincadeira deve ser usufruído na sala de aula, para tornar o espaço mais acolhedor e dinâmico.

Criar condições para o uso da ludicidade é uma ação que está cada vez mais presente no núcleo escolar, onde tais atividades educam e formam o sujeito, acompanhando a evolução física e mental dele, contribuindo para o seu amadurecimento. É importante também saber e ser conhecedor da melhor forma de utilização, para que se faça uso do lúdico junto aos alunos de forma adequada, para que assim se alcance um objetivo assertivo na vida do educando.

Conclusão

O lúdico é uma importante ferramenta de progresso pessoal e de alcance de objetivos institucionais, desta forma traz ao educador uma vasta linha de possibilidades para o uso deste em seu dia a dia escolar. Considerando o fazer docente, o educador deve estar em constante atualização acerca da aplicação dos instrumentos lúdicos para que sua prática seja eficiente e garanta a aprendizagem dos alunos. Assim, como este profissional também deve ser um eterno estudante e pesquisador, buscando novos conhecimentos e estando sempre em um estado de aprendiz.

Referências

ALMEIDA, P. N. de. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 1995.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. São Paulo: Saraiva, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: conhecimento de mundo -

RCNEI. Brasília, MEC/SEF, 1998, site: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf> - acesso em 18/04/2021.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Política**

Nacional de Educação Infantil: pelos direitos das crianças de 0 a 6 anos à educação -

PNQEI. Brasília, MEC/SEF, 2006, site:

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf - acesso em 18/04/2021.

VIGOTSKI, L. S. A. Brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança. **Revista Virtual de Iniciativa Sociais**, Rio de Janeiro, n. 8, jun. 2008.

Enviado em 31/08/2021

Avaliado em 10/10/2021

CONTEXTO HISTÓRICO DO LÚDICO: EPISÓDIOS NO BRASIL E NO MUNDO

Jéssica Guimarães Gomes⁴

Charlyan de Sousa Lima ⁵

Bruna Cruz Magalhães⁶

Resumo

Objetivou-se apresentar uma exposição do contexto histórico do lúdico, enfatizando os seus principais elementos ocorridos no Brasil e no mundo, além de ressaltar uma breve análise das teorias cognitivas do lúdico. Observou-se que foram nas regiões da Grécia e Roma, que o lúdico teve seu maior esplendor. Os benefícios do lúdico como metodologia pedagógica inserido nas instituições escolares são variados, dentre eles, facilita na aquisição da comunicação, contribuindo para as expressões e interações, transformando-se em um instrumento desenvolvedor do pensamento humano da criança. Assim, os jogos e brincadeiras exercem um importante papel para o desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Aprendizagem; Brincadeiras; História; Jogos.

Abstract

It was intended to present an exhibition of the historical context of the play, emphasizing its main elements occurring in Brazil and in the world, in addition to highlighting a brief analysis of the cognitive theories of the play. It was observed that it was in the regions of Greece and Rome, that the play had its greatest splendor. The benefits of playwright as a pedagogical methodology inserted in educational institutions are varied, among them, facilitates in the acquisition of communication, contributing to expressions and interactions, becoming an instrument developer of the human thought of the child. Thus, games and games play an important role in child development.

Keywords: Learning; Jokes; History; Games.

Introdução

Este trabalho aborda que o lúdico sempre esteve presente nos hábitos comuns dos humanos, mas somente ganhou importância pelas suas aquisições para o desenvolvimento do conhecimento, sendo um grande influenciador na história da educação brasileira.

Também explicitará sua importância para o cognitivo, com as contribuições na infância para o desenvolvimento para a fase adulta, sob a fundamentação e observações de vários teóricos, evidenciando que o lúdico é uma ferramenta essencial para direcionar a criança para a sociedade.

Há muito tempo que a ludicidade está inserida nos hábitos humanos, ao qual se tem o conhecimento pelas gravuras e escritas deixadas pelas sociedades fenícia e egípcia, onde se reconhece que ambas incrementavam os jogos para desenvolver os seus conhecimentos para a vivência em sociedade, aos quais retravam em através dos mesmos, os aspectos culturais herdados

⁴Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão.

⁵Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES. Professor da Rede Estadual do Maranhão e da Rede Municipal de Chapadinha-MA.

⁶Mestra em Saúde do Adulto e da Criança pela Universidade Federal do Maranhão. Professora do Curso da Faculdade Santa Luzia.

de alguns grupos sociais. Como aborda Huizinga (1971, p.07) que, “nas sociedades primitivas as atividades que buscavam satisfazer as necessidades vitais, as atividades de sobrevivência, como caça, assumiam muitas vezes a forma lúdica”. O que evidencia que o lúdico não era visto como prática de desenvolver mentalmente o pessoal, mas como um artifício para a sobrevivência humana.

Portanto, essa pesquisa objetivou apresentar uma exposição do contexto histórico do lúdico, enfatizando os seus principais elementos ocorridos no Brasil e no mundo, além de ressaltar uma breve análise das teorias cognitivas do lúdico.

Breve histórico do surgimento do lúdico

Foram nas regiões da Grécia e Roma, que o lúdico teve seu maior esplendor, seus habitantes, principalmente os reinos se utilizando de várias atividades físicas, brinquedos e os jogos.

A história mostra que ao lado das atividades destinadas a garantir o sustento o homem sempre buscou outras que lhe dessem prazer. E essa alegria aparece quando ele consegue expressar a sua personalidade. O longo passado das canções, lendas e contos populares (que além de transmitirem e conservarem as tradições serviam de passatempo), a eterna presença dos vários jogos e danças (que não só fortaleciam os guerreiros e agradavam aos deuses mas ao mesmo tempo divertiam a todos) e as artes manuais (que sempre floresceram nos grupos humanos) são a prova da constância deste anseio de auto expressão através dos tempos. (RODRIGUES; MARTINS, 2002, p.72).

Cada instrumento ou atividade praticada com o auxílio de jogos pelos gregos e romanos, eram uma forma de treinamento para auxiliá-los para exercer um papel na sociedade. Ou seja, quem conseguisse vencer ou passar em todas as etapas do jogo ocuparia um cargo superior. Como revelam (ALMEIDA; RODRIGUES, 2015, p.26) que, “a cidade da Grécia foi a cidade que se iniciou os jogos olímpicos e não dispensavam a música, dança e ginásticas na formação dos jovens sendo tais, formas de manifestações do lúdico”. E sobre a sociedade romana aborda ainda que “[...] o ato de jogar bola foi um dos jogos imputados ao modo de vida dos romanos. Através dos jogos os romanos mantinham relações sociais e aprendiam a viver em conjunto [...]” (ALMEIDA; RODRIGUES, 2015, p.27).

Em meados de 367 a.C. Platão enxergou que os jogos e as brincadeiras seriam atividades importantes para o desenvolvimento e também para a aprendizagem das crianças, afirmando que elas deviam praticar desde os primeiros anos de vida, seja individual ou coletivamente, pois a ludicidade seria um recurso que iria agregar positivamente a educação das crianças, trazendo contribuições culturais importantes para a sociedade. Como aponta Santo (2012, p. 3-4) que diz que o “[...] lúdico é reconhecido como elemento essencial para o desenvolvimento das várias habilidades em especial a percepção da criança. Refere-se a uma dimensão humana que evoca os sentimentos de liberdade e espontaneidade de ação”.

Com as transições de poderes e a expansão da Europa e revoluções religiosas as práticas lúdicas foram proibidas, pelo simples fato de crianças não serem consideradas crianças, e sim adultos em miniatura tornando a ludicidade desnecessária.

De acordo com Áries apud Teixeira:

Os jesuítas, de fato, foram os primeiros a notar as possibilidades educativas dos jogos, propondo que fossem assimilados e utilizados oficialmente em seus programas, com a condição de que, disciplinados, os divertimentos reconhecidos como bons fossem admitidos e recomendados. Esses jogos passaram a ser considerados, desde então, como meios de educação tão estimáveis quanto os estudos, sendo que precisavam de regulamentações que permitissem seu uso de forma controlada. (TEIXEIRA 2012, p.30).

Tendo em vista o avanço do cristianismo muitos jogos e práticas lúdicas trazidos a Europa por outros grupos, como foi o caso do muçulmanos foram reprimidas e tiveram suas fabricações proibidas, mas por tempo determinado.

No entanto, durante esta época surgiram várias diversidades de jogos que rapidamente se espalhou pelo mundo como foi o xadrez de origem indiana, que tinha como representação seu próprio exército comandado pelo seu reino. Como afirmam Almeida; Rodrigues que:

A idade Média é marcada pelo feudalismo cuja característica é a existência de senhor e servo. Essa idade é marcada também devido à descentralização do poder uma vez que a igreja católica torna-se a instituição de governo elevado, e também pelo atraso das artes e da cultura como forma de manifestação de expressão. (ALMEIDA; RODRIGUES, 2015, p.27).

Com grandes repercussões da ludicidade na Idade Média, foram por volta do século XVII, sendo notada a importância que os jogos agregavam para a educação, e passaram a serem utilizado como instrumento de aprendizagem pelas escolas, principalmente aquelas voltadas aos estímulos físicos, como jogos e atividades que precisava de movimentos corporais, ao qual se nomeia atualmente como esportes. Tendo em vista que, “o jogo era visto como conduta livre, que favorecia o desenvolvimento da inteligência e facilitava o estudo. Por isso, foi adotado como instrumento de aprendizagem de conteúdos escolares” (FRIEDMAN, 2006, p.33).

Notou-se ainda que os brinquedos com as brincadeiras são ferramentas essenciais para a inserção da criança para a fase adulta. Desta forma, os artesão do séculos XVII e XVIII começaram a fabricação de brinquedos para aquisição e divertimento das crianças.

No século XVIII, Rousseau e Pestalozzi afirmavam que a educação não deveria ser um processo artificial e repressivo, mas um processo natural, de acordo com o desenvolvimento mental da criança, e levando em consideração seus interesses e suas tendências inatas. Salientavam a importância dos jogos como instrumento formativo, pois além de exercitar o corpo, os sentidos e as aptidões, os jogos também preparavam para a vida em comum e para as relações sociais. (RIZZI ; HAYDT, 2002, p.14).

O que acabou contribuindo no final do século XIX uma enorme demanda de brinquedos, e com isso passou a serem fabricados em série, aumentando sua distribuição para a aquisição de crianças por todo mundo. Como diz Kishimoto (2014, p. 83) que “[...] o brincar torna-se um dos temas importantes da contemporaneidade capaz de quebrar fronteiras de diferentes áreas do conhecimento”.

No entanto embora haja alguns relatos dos jogos lúdicos já serem utilizados por vários povos na antiguidade, esses registro ainda são bem escassos, o que torna mais complexo encontrar fontes palpáveis de como, onde e por quem o lúdico foi criado.

Aspectos históricos do lúdico no Brasil

A sociedade brasileira é composta pela miscigenação de diversas culturas. E pode-se dizer que os jogos e brincadeiras também fazem parte dessa rica diversidade cultural e educativa. Kishimoto (1993, p. 15) ressalta que:

Os jogos têm diversas origens e culturas que são transmitidas pelos diferentes jogos e formas de jogar. Este tem função de construir e desenvolver uma convivência entre as crianças estabelecendo regras, critérios e sentidos, possibilitando assim, um convívio mais social e democracia, porque “enquanto manifestação espontânea da cultura popular, os jogos tradicionais têm a função de perpetuar a cultura infantil e desenvolver formas de convivência social”.

No entanto no final da Idade Média e início da idade moderna, o clero, uma das autoridades na época composto por membros da Igreja Católica, passaram a reprimir e condenar os jogos das práticas escolares por considerá-los profanos e desnecessários para educar.

Como afirma Camargo (2020, p.6) que “pode-se falar também do Iluminismo e sua guerra desde o século XVII contra as superstições, nelas incluindo a religião, atacando fortemente seu poder conservador em questão de moral e costumes”.

Mas em 1758, aconteceu à expulsão dos jesuítas do território brasileiro, principais responsáveis pela educação na época. Como aborda Teixeira (2012, p. 30) que:

As rígidas atitudes de reprovação em relação a alguns costumes foram modificadas à medida que a visão sobre a infância também foi se transformando, especialmente por causa da influência dos jesuítas, que mostraram as possibilidades educativas dos jogos. Assim, os jogos previamente selecionados e controlados foram adotados pela escola.

E neste mesmo período os jogos e brincadeiras ganham novamente seu destaque para a educação, com isso o país enfrentou enorme desorganização nos sistemas educacionais, como falta de educadores, recursos, infraestrutura, etc. requisitos importantíssimos para uma educação de qualidade. Que no século XX, surgem novas estruturas e organizações e dão um novo olhar para a educação brasileira. Como aponta Camargo (2020, p.9-10) “Os valores lúdicos invadiram irreversivelmente o mundo do trabalho, e o escritório do Google é bem o ícone dos novos tempos. Mudanças igualmente acontecem no conceito de gestão”.

Outro aspecto importante que revolucionou a história da educação brasileira ocorreu com o fim da Primeira República e o início da Revolução em 1930, em que o Brasil foi impactado com grandes movimentos e protestos que envolvia a educação, que a partir disso criou-se o Ministério da Educação visado à qualidade educacional para todos. Diz ainda Camargo (2020, p.20) “além do lazer, o estudo do lúdico está fortemente presente nos estudos de recreação. Na verdade, tanto ludicidade como recreação terminaram por privilegiar, em nosso país, o âmbito da educação escolar”.

Ocorrendo nas últimas décadas do século XX, um Movimento da Educação Matemática, do qual utilizava as práticas lúdicas como atividades e instrumentos metodológicos para o ensino aprendizagem da matemática.

Assim como os demais países, o Brasil passou por diversas transformações culturais, políticas e sociais durante os séculos XIX e XX. Até então não existia preocupação em educar criança menores de 7 anos, visto que a escola tradicional tinha abrangência apenas às crianças a partir dos 7 anos, o que restringia o cuidar ou não da criança menor somente aos pais. (ALMEIDA; RODRIGUES, 2015, p.33)

E desde então os brinquedos e jogos passaram a ser vistos, não como recursos e meios profanos e desnecessários, mas como meios de grande valia para a aprendizagem, auxiliando de forma profunda e prazerosa em todos os âmbitos de ensino. Como aborda Alves que as práticas lúdicas possibilitam o:

Desenvolvimento de estratégias, participação ativa do aluno, desenvolvimento da criatividade e favorece a participação da competição sadia, além de resgatar o prazer em aprender, pois são voltadas ao desenvolvimento da criatividade e da autonomia dos alunos, o que leva a afirmar que um trabalho sério como uso de jogos nas aulas (ALVES 2011, p.06).

Sendo imprescindível dizer ainda que a utilização do lúdico nas escolas proporciona a valorização das interações sociais, contribuindo na aquisição de valores que não são mais lembrados, influenciando em novos conhecimentos, e na construção de um ser criativo, com grandes valores culturais.

Teorias Cognitivas do Lúdico: uma breve análise

Os jogos e brincadeiras exercem um importante papel para o desenvolvimento infantil. Como destaca a teoria de Piaget, enfatizando que os jogos e brincadeiras são ferramentas essenciais para a construção e desenvolvimento cognitivo da criança. Jean Piaget estruturou em três etapas de desenvolvimento do jogo nas crianças em suas respectivas faixas etárias e como nelas sucedem.

Os **Jogos de Exercício Sensório motor**, sendo caracterizados desde o nascimento até a aquisição da linguagem. Eles são responsáveis por facilitar os primeiros gestos dos bebês, tendo grande influência sob a construção cognitiva da criança. Os exercícios sensórios motores na fase inicial do jogo são exercícios que consistem na repetição de gestos e movimentos.

É importante ressaltar ainda que estes exercícios não devem ser considerados como algo subjugue como a criança deve se comportar nos seus primeiros gestos e movimentos, e sim contribuir para que esses movimentos naturais de toda criança tenha um bom desempenho agregando no seu desenvolvimento até a fase adulta. Como diz Teixeira (2017, p.100) “brincando a criança aprende a si expressar, compartilhar, interagir”. E resalta ainda que é “Submetê-la a atividades diversas é necessário para o seu desenvolvimento intelectual e dessa forma a brincadeira possibilita inúmeros aprendizados como autonomia, responsabilidade, interação, raciocínio, reflexão e moralidade.”

Também se enfatiza o **Jogo Simbólico** – que ocorre na faixa etária dos 2 a 6 anos da criança, fase em que o lúdico é mais praticado através da simbologia, com o uso da imitação e imaginação. Nesta categoria está inserida a metamorfose de objetos, as crianças através da imaginação passam a simular objetos ao seu redor como brinquedos, por exemplo: um lençol que se transforma em uma barraca ou casa, um garfo em avião na hora do almoço, e uma caixa pode se tornar um carro. Nesta fase a criança também desempenha de papéis da realidade cotidiana brincando de dona de casa, bombeiro, professor, etc.

À medida que cresce a criança constrói novas e diferentes habilidades que lhe permitem agir de forma mais ampla no mundo. Na brincadeira a criança constrói experiências concretas que vão lhe permitir relacionar-se com o mundo, tomar decisões, desenvolver a autonomia e a responsabilidade frente às questões que a envolve. (TEIXEIRA, 2017, p.96).

Desde modo, o jogo simbólico, tem uma função especial e peculiar no desenvolvimento cognitivo da criança fazendo que através da assimilação da realidade, a desenvolva para a resolução de conflitos, da compensação e compreensão de vontades irrealizadas, ou da ingênua inversão de papéis vistos. Vygotsky apud Rau, (2007, p.76) diz que "o processo de vivenciar situações imaginárias leva a criança ao desenvolvimento do pensamento abstrato, quando novos relacionamentos são criados no jogo entre significações e interações com objetos e ações".

Por fim, **Jogos de Regras** - que inicia por volta dos 5 anos, mas se desenvolve principalmente na fase que vai dos sete aos 12 anos, predominando durante toda a vida e convívio do indivíduo em suas relações na sociedade e grupos.

Em relação aos jogos de regras eles regem combinações sensório-motoras, como é o caso dos jogos com bolas ou intelectuais como o xadrez, em que se há a competição dos indivíduos e que sem as regras seria inútil.

Enfim a brincadeira permite à criança uma interação social com adultos e outras crianças, a exploração de seu ambiente relacionando-se com o mundo de maneira ativa, estimula a imaginação, o intelecto, possibilita novas aprendizagens construindo e desconstruindo novos significados. (TEIXEIRA, 2017, p.97).

Portanto, que fundamenta o jogo de regras é a determinações reguladas e obediência dos conjuntos sistemáticos de leis e regras, estabelecidas pelo jogo, e que asseguram a reciprocidade dos jogadores aos meios empregados, ao participar coletivamente dos jogos.

O jogo de regras é uma atividade lúdica que acrescenta nas relações sociais ou interindividuais, pois as regras vigentes em um determinado jogo passam a ser uma ordenação a ser seguida, e uma regularidade imposta pelo grupo, é denominada violação e considerada uma falta.

Jean Piaget enfatiza (1971, p.185) que “com as regras a atividade lúdica passa socializar o indivíduo por volta dos sete anos, aos praticá-los com inteligência, e é nesta mesma fase que a criança abandona o jogo egocêntrico das crianças menores, em proveito de uma aplicação efetiva de regras e do espírito de jogo cooperativo entre o convívio com outros jogadores”. Segundo o argumento de Piaget, com o decorrer do processo de crescimento a criança se interessa nas relações de convívio, interação e cooperação, fazendo que a mesma se estabeleça diante das regras impostas pelo jogo.

Valendo ressaltar ainda que os jogos para a criança de início é egocêntrico e espontâneo, mas à medida que a criança se desenvolve ele instiga a mesma a pertencer ao ambiente coletivo em busca de relações fundamentais para o convívio no grupo social na sociedade.

O papel da interação social tem sido bem estudado no processo de desenvolvimento cognitivo em uma perspectiva construtivista, mas poucos estudos têm investigado a inter-relação da interação social de crianças em um contexto de jogos de regras. (BASSETTI; ORTEGA; RODRIGUES, 2005, p.32)

Portanto, pode-se afirmar que a compreensão sob os benefícios do lúdico como recurso pedagógico, deve repercutir de modo significativo no desenvolvimento da criança, possibilitando ao educador o conhecimento sobre a realidade da criança, como seus interesses e necessidades. Como destacam Cória-Sabini e Lucena (2005, p.9):

Os professores que atuam nessa modalidade de ensino preocupam-se apenas em instalar as habilidades que são pré requisitos para a alfabetização. Para muitos desses profissionais, a aquisição de conhecimentos só se dá por meio de recepção passiva. O questionamento por parte das crianças, a livre movimentação, a interação com os colegas, os jogos não são utilizados como instrumento para o aprender. O brincar é considerado como sinônimo de dispersão e, assim, não é utilizado como um procedimento valioso para a aprendizagem.

E ao focar o jogo como recurso pedagógico, o professor deve considerar os seguintes requisitos que são a organização do espaço físico, a escolha dos objetos e dos brinquedos e o tempo que o jogo irá ocupar em suas atividades diárias na educação infantil. Esses pontos primordiais na educação da criança, sendo definidos como requisitos básicos a serem compreendidos, para o desenvolvimento do cognitivo da criança através das práticas lúdicas na escola.

Nos estudos de Kishimoto (1999, p. 37), revelam que a “necessidade da criação de espaços como salas de jogos e cantos que permitam às crianças ter mais liberdade e possibilidades diferentes nos seus movimentos, bem como investir na atividade de exploração”. O que se faz entender a importância dos espaços criados, recriados ou construídos nas instituições educativas para a utilização da ludicidade como práticas pedagógicas, pois eles agregam positivamente, ando várias aquisições as crianças e inúmeras aprendizagens.

Considerações Finais

Tendo em vista que a compreensão sobre as finalidades de benefícios do lúdico como metodologia pedagógica inserido nas instituições vem em constante consonância ao encontro da necessidade de representações reais do cotidiano da criança, o que facilita na aquisição da comunicação, contribuindo para as expressões e interações, transformando-se em um instrumento desenvolvedor do pensamento humano da criança. E “entende-se que o pensamento é formado por relações e que o homem passa por meio de símbolos, construídos nas relações dialéticas com o mundo cultural, social e físico”. (RAU, 2007, p. 78). Complementando o argumento do autor é através das interações e relacionamentos que a criança se encaixa nas relações de grupos, culturas e exerce seus valores diante da sociedade.

Portanto, é na infância que as crianças, usam as linguagens expressivas subjetivas que dão formas às vivências cotidianas vividas por elas, e que as transforma em pensamento, “dessa maneira, o sujeito precisa ter alcançado certo nível de competência para que sua participação em uma situação de interação social possibilite um progresso em seu desenvolvimento”(BASSETTI, et al., 2005, p.30).

Passando por esse processo a criança, se adapta a cultura de seu grupo, fazendo-se parte dela, construindo suas relações, expressões e representações simbólicas, possibilitando na sua interiorização e compreensão da realidade que a cerca.

Referências

- ALMEIDA, Ilda Neta Silva de, RODRIGUES, Lays Aires. O Lúdico como Recurso Didático-Pedagógico no Desenvolvimento da Criança Na Educação Infantil. **Revista Humanidades e Inovação**. Palmas, ano 2, n. 1, jan./jul. 2015. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/66> Acesso em: 19 de maio de 2021.
- ALVES, Renalva Ribeiro. **Ensino e Aprendizagem da Matemática: um estudo de caso no Ensino Fundamental**. Universidade Federal do Tocantins – UFT Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Coordenação Pedagógica. Programa Escola de Gestores. Palmas, 2011.
- BASSETTI, Cavalcante; CHRISTIANY, Maria; ORTEGA, Antônio Carlos; PEREIRA RODRIGUES, Maria Margarida. A interação social de crianças no jogo de regras, **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, vol. 57, núm. 1, 2005, pp. 28-45 Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil: Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=229017444004> Acesso em: 27 de maio de 2021.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. O lúdico na cultura contemporânea. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 29, n. jan/dez, 2020. DOI: 10.29286. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/10019> Acesso em: 28 maio. 2021.
- CÓRIA-SABINI, Maria Aparecida; LUCENA, Regina Ferreira. **Jogos e Brincadeiras na educação infantil**. Campinas, SP. Papirus, 2009.
- FRIEDMANN, Adriana. **O desenvolvimento da criança através do brincar**. São Paulo: Moderna, 2006.
- HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: **O jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva/Ed. USP, 1971.
- KISHIMOTO, Tizuko, Morchida et. al. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1999.
- PIAGET, J. **A Formação do Símbolo na Criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- RAU, M. C. T. D. **A Ludicidade na Educação: Uma Atitude Pedagógica**. Curitiba: IBPEX, 2007.
- RIZZI, Leonor; HAYDT Regina Célia Cazaux. **Atividade Lúdicas na Educação da Criança**. 7ª Ed. São Paulo: Ática, 2002.
- SANTOS, Josiane Soares. **O lúdico na educação infantil**. 2012. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/ludico.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2021.
- TEIXEIRA, Cheila Cristina dos Santos. **A Importância da Brincadeira no Desenvolvimento Cognitivo Infantil**: Janeiro2017 - ISSN 1981-1179 Edição eletrônica em <http://idonline.emnuvens.com.br/id> Acesso em: 27 de maio de 2021.
- TEIXEIRA, Sirlândia Reis de Oliveira. **Jogos, brinquedos, brincadeira e brinquedoteca: implicações no processo de aprendizagem e desenvolvimento**/Sirlândia Reis de Oliveira Teixeira -2. Ed. RJ: Wak Editora, 2012.
- Enviado em 31/08/2021
Avaliado em 10/10/2021

PSICOMOTRICIDADE: SUAS ABORDAGENS E O FAZER PEDAGÓGICO DO DOCENTE

Janayra Cardoso Silva⁷
Charlyan de Sousa Lima⁸
Bruna Cruz Magalhães⁹

Resumo

Objetivou-se ressaltar características da psicomotricidade como ferramenta do ensino para os docentes e sua contribuição na formação docente e sua influência direta na construção do desenvolvimento de aprendizagem do aluno. Observou-se que na psicomotricidade relacional a criança passa a conhecer não somente ela mesma, como compreende seu papel na sociedade através da interação entre ela e as pessoas ao seu redor. Conclui-se que o desenvolvimento psicomotor pode ser um processo lento, e que deve ser trabalhado em sala de aula pelos pedagogos, de forma sistemática para que resulte significativamente no desenvolvimento da criança.

Palavras-chave: Aprendizagem; Ensino; Movimento; Professor.

Abstract

This work was aimed at highlight characteristics of psychomotricity as a teaching tool for teachers and their contribution in teaching training and their direct influence in the construction of the student's learning development. It has been observed that in relational psychomotricity the child comes to know not only herself, but also understands her role in society through the interaction between her and the people around her. It is concluded that psychomotor development can be a slow process, and that it must be worked in the classroom by pedagogues in a systematic way so that it results significantly in the development of the child.

Keywords: Learning; Teaching; Movement; Teacher.

Introdução

A psicomotricidade é um eixo de ensino que orienta os educandos a trabalhar o indivíduo como um todo, visto que envolve as capacidades reflexivas do indivíduo, atribuindo-os a capacidade de se reinventar em diferentes situações, trabalhando o autoconhecimento e a integração do eu com o nós, ou seja, referem-se a atividades que desencadeiam ao aprendizado do sujeito de si mesmo e do mundo em que vive.

O ensino da psicomotricidade é multidisciplinar podendo atuar em diferentes campos de ensino e de terapias, de acordo com a necessidade de cada pessoa. De acordo com Cunha (2016) os campos de atuação da psicomotricidade que se destacam são a reeducação psicomotora, a terapia psicomotora e a educação psicomotora. Todavia, para o desenvolvimento de aprendizagem da criança a utilização da educação psicomotora segue duas abordagens teórico-prático: a relacional e funcional.

⁷Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão. Graduada em Zootecnia pela Universidade Federal do Maranhão. Mestra em Ciência Animal pela Universidade Federal do Maranhão.

⁸Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES. Professor da Rede Estadual do Maranhão e da Rede Municipal de Chapadinha-MA.

⁹Mestra em Saúde do Adulto e da Criança pela Universidade Federal do Maranhão. Professora do Curso da Faculdade Santa Luzia.

Por fim, o objetivo deste trabalho foi ressaltar características da psicomotricidade como ferramenta do ensino para os docentes, sua contribuição na formação docente e na forma de abordagem na sala de aula, influência direta na construção do desenvolvimento de aprendizagem do aluno através de uma visão profissional.

Abordagens da psicomotricidade

De acordo com Negrine, (2002) a “Psicomotricidade Relacional cria uma relação entre o indivíduo e a ação que permite melhorar a sua autoestima e ultrapassar os seus bloqueios e resistências, enquanto a Psicomotricidade Funcional foca-se mais nos aspetos de desenvolvimento motor e cognitivo que se relacionam entre si”.

Com base em Moro et al. (2007) a psicomotricidade relacional chegou no Brasil através do educador francês André Lapierre no ano de 1982. Segundo os autores Moro et al. (2007, p.10):

Lapierre incluiu o adjetivo “relacional” ao termo “psicomotricidade” para diferenciar suas concepções e sua prática em relação a outras técnicas que também têm o nome de psicomotricidade. O que mais se diferencia, é que elas consideram o corpo da criança como sendo prioritário aos seus aspectos cognitivos.

Na concepção da psicomotricidade relacional a criança passa a conhecer não somente ela mesma, como compreende seu papel na sociedade através da interação entre ela e as pessoas ao seu redor. O seu desenvolvimento se baseia na liberdade de movimentos da criança, ou seja, as atividades psicomotoras aplicadas através de jogos e brincadeiras servem para explorar a capacidade de mobilidade da criança, deixando-as confortáveis para se expressarem de forma espontânea.

De acordo com Vieira (2007, p.5)

É uma prática que permite que a criança, ao jovem e ao adulto, a expressão e superação de conflitos relacionais, interferindo de forma clara, preventiva e terapêuticamente, sobre o processo de desenvolvimento cognitivo, psicomotor e socioemocional, na medida em que estão diretamente vinculados a fatores psicoafetivos relacionais.

E segundo Santos (2015, p.20):

A psicomotricidade relacional está fundamentada em:

1. Proporcionar experiências corporais variadas pela exploração do espaço, do corpo e dos objetos mediante o jogar e o fazer exercícios;
2. Priorizar o estímulo da vivência simbólica, sendo que o movimento é realizado com intenção de representação, imaginação e comunicação;
3. Facilitar o contato das crianças por meio da expressividade e oralidade proporcionando a socialização e exteriorização.

A finalidade da psicomotricidade relacional se norteia pelas práticas pedagógicas que possibilitem que o indivíduo adquira suas habilidades motrizes e conseqüentemente irá permitir a extensão do vocabulário, articulação através de gestos entre outras (NEGRINE, 2002).

A psicomotricidade funcional tem o intuito de desenvolver a coordenação motora global e a fina através de movimentos repetitivos baseados nas ordens dos professores. De acordo com Ribeiro et al (2017) o seu conceito baseia-se no desenvolvimento do sujeito ao longo da sua maturação. Esta prática psicomotora é utilizada através da repetição de exercícios propostos pelos professores com a finalidade de aprimorar o equilíbrio, flexibilidade, esquema corporal entre outros fatores psicomotores do indivíduo. Todo esse processo é organizado pelos docentes que ficam responsáveis pelo comportamento adquirido.

Segundo Negrine (2002, p.234):

A Psicomotricidade Funcional se sustenta no diagnóstico do perfil psicomotor, sendo a estratégia pedagógica baseada na repetição de exercícios funcionais, criados especificamente para o equilíbrio estático e dinâmico, a flexibilidade, agilidade e a destreza e outras funções psicomotoras. Tal método suporta-se no facto de que o desenvolvimento de certas habilidades motoras permite melhorar o desempenho nas aprendizagens cognitivas.

O docente e a psicomotricidade

O processo de aprendizagem no decorrer dos anos torna-se mais difícil considerando a sociedade contemporânea, pois o comportamento social está resumido em pessoas cada vez mais individualistas, com menos contatos com outros indivíduos e estando mais reclusos em seus lares, atenuando a interação com o meio.

O reflexo destas condições pode ser visto nas crianças e na sua educação, visto que passam mais tempo dentro de casa desfrutando das tecnologias, recolhidas em seus quartos. De acordo com Dantas e Pinto (2013, p.10) “é na ação que a criança toma consciência do mundo e, para tal, utiliza-se de suas capacidades motoras, intelectuais e afetivas”.

Contudo, proporcionar aos pequenos a relação de brincar e de manter contato com outros está no papel da escola, pois é nesse ambiente que o indivíduo vai encontrar inicialmente possibilidades e aprendizagem. Nesse contexto, ressalva-se que o espaço escolar não só permite que o sujeito crie laços com outras pessoas como contribui para que o indivíduo seja capaz de tomar suas próprias decisões através do senso crítico que desenvolve ao longo das suas fases escolares.

Ferronato (2006) enfatiza que o docente deve propor um ambiente amigável para os alunos, principalmente para às crianças que estão começando a sua vida acadêmica, sendo necessária a contraposição entre lar e escola, para que possam assimilar com mais facilidade esse novo espaço de convívio. A ambientação da sala de aula deve ser uma proposta do professor visando o bem-estar dos seus educandos, além disso, é necessário que as práticas pedagógicas desenvolvidas sejam condizentes com o local de ensino, com a disponibilidade de interação através de atividades relevantes para o desenvolvimento do sujeito.

A inovação do ensino é iniciativa do professor, pois este pode levar para a sala de aula práticas que estimulem o movimento do corpo no procedimento de estudo, visto que, a criança quando instigada a movimentar-se passa a desenvolver domínio de si mesma, do seu corpo e com o tempo associa seus movimentos a sua capacidade de ir e vir e com isso obter maior segurança em ter autonomia. Corroborando com esta afirmação Sacchi e Metzner (2019, p. 15), dizem que “O desenvolvimento psicomotor requer o auxílio constante do professor por intermédio de diferentes estimulações, tornando possível à criança dominar o seu corpo e os comandos motores dentro do contexto social e afetivo em que vive”.

Nesta perspectiva, o estímulo do desenvolvimento psicomotor do indivíduo ocorre de diversas formas, seja no ambiente familiar, cultural ou escolar, porém sua evolução vai depender da maneira como esse incentivo vai ser praticado. No entanto, para assegurar o aumento das condições motoras da pessoa, o professor deve preparar meios de desafiar o corpo e a mente das crianças através das atividades psicomotoras. De acordo com Galuppi (2021, p.11):

A orientação da psicomotricidade é expandir a formação do pedagogo e colaborar para os conceitos a respeito do desenvolvimento completa da criança, sendo o pedagogo o mediador desta composição em benefício da melhor aprendizagem do discente tanto no ambiente da creche, quanto nas unidades pré-escolares.

A compreensão do significado dos movimentos proporciona ao profissional mais destreza sobre o ofício de lecionar, pois conhecer os pontos que desencadeiam a evolução motora e afetiva da criança é a base para proporcionar a melhor absorção dos conteúdos escolares postostos. Segundo Galuppi (2021, p.11) “a educação psicomotora envolve compreender a criança como indivíduos que evoluem psicologicamente, entendendo particularidades próprias, durante o seu desenvolvimento, da perspectiva linguística, psicomotora, social e afetiva”.

Diante disso, Dantas e Pinto (2013, p.10) ressaltam que “estimular o desenvolvimento psicomotor nas crianças gera a construção de uma consciência dos movimentos corporais integrados com sua emoção e expressos por esses movimentos. Neste reconhecimento do mundo, o sujeito torna-se consciente de si, tendo condições de diferenciar-se”.

Nessa perspectiva, Sacchi e Metzner (2019, p. 15) afirmam que:

O aperfeiçoamento dos aspectos psicomotores na tenra infância pode proporcionar diversos benefícios ao ser humano ao longo da vida, nos momentos de atividades diárias, na escola, no lazer, entre outros. Nessa perspectiva, apesar de a aula de educação física ser uma importante aliada no desenvolvimento motor das crianças, o trabalho envolvendo a psicomotricidade não pode ser exclusividade desse professor, e sim, de todos os profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, principalmente na educação infantil.

Venâncio et al. (2021) relatam que as dificuldades de aprender a ler e a escrever na criança estão relacionadas com seus elementos motores, pois estes estão sendo pouco estimulados, portanto, é importante aplicar as práticas das atividades psicomotoras nas salas de aula, buscando induzir as extensões do desenvolvimento psicomotor do indivíduo influenciando no enriquecimento das áreas de: estruturação espacial, que busca orientar o corpo no espaço; na orientação temporal, ou seja, a coordenação motora fina que envolve o uso das mãos, dos pés e na coordenação motora global, que trabalha os movimentos mais abertos dos membros superiores e inferiores.

De acordo com Donadio et al. (2020, p.11):

O responsável pela aula deve ter o compromisso de fazer com que todos os alunos deem o seu máximo nas atividades para que exercitem o raciocínio, pensamento, experiência, conhecimento e vivência. É crucial que o professor desperte interesse da turma pelas atividades, desenvolvendo assim maior aprendizado e aguçando a criatividade de seus alunos.

Durante o processo de alfabetização cabe ao professor mediar os conteúdos para os alunos dando suportes necessários para que o indivíduo evolua durante seu processo de formação e consolide sua aprendizagem. Segundo Pais (2021, p. 13) “entender a psicomotricidade como o início de um trabalho significativo na alfabetização norteará o educador com relação à organização da sua prática, favorecendo o ensino-aprendizagem dos seus alunos”.

Os professores ao utilizarem a psicomotricidade como ferramenta de ensino, passarão a entender melhor os limites de cada educando e suas dificuldades de aprendizagem, pois esta metodologia lhes permite conhecer melhor seus alunos e suas capacidades de expressão. Quando o professor passa a observar melhor os alunos através do brincar, é possível compreender a expressão de sentimentos transmitidos pelas crianças que podem ser visíveis por meio da agressividade, da forma como as crianças tratam seus colegas, se elas se reprimem ou se isolam durante as atividades, se sentem ciúmes ou se elas mergulham na imaginação (LAPIERRE, 2002, p.33).

Nesse sentido, o profissional da educação deve compreender o conceito de psicomotricidade, sua finalidade e aplicação para que esteja apto a utilizar este meio de ensino de forma satisfatória, sendo, portanto, de extrema importância que o docente compreenda os significados dos movimentos que a criança pode despertar. Diante disso, Oliveira (2002, p.14) enfatiza que:

É preciso capacitar melhor os professores para que estejam sempre aptos para promover uma educação integral do aluno, para detectando os que não acompanham o ritmo dos colegas e reconhecendo onde estão as falhas. Realizar uma reeducação quando se fizer necessário e ao âmbito da sala de aula e encaminhar ao profissional competente quando seus recursos se esgotarem.

Alves (2012) assegura o pedagogo por ser responsável pelas crianças devem assegurar que possuem em sua formação conhecimentos necessários sobre a psicomotricidade, para que tenha competência de impulsionar e tornar simples o desenvolvimento da criança nos aspectos motores. A capacitação contínua do docente é essencial no desempenho profissional na sala de aula, pois o conhecimento de uma área específica orienta os professores no comando de uma turma de acordo com a faixa etária trabalhada.

Segundo Donadio et al. (2020, p.11) a “formação contribui para o autoconhecimento, o saber escutar as crianças e colegas de trabalho e é muito importante para a melhora de atitudes de uma forma ampla, sem julgamentos; por fim, auxilia na reflexão sobre os desafios da atuação docente”. Nesse sentido, Silva e Santos (2020, p.15) acrescentam que:

A prática docente se associa à compreensão de que o ensino acontece num espaço no qual as pessoas, o tempo, o conhecimento e o lugar têm peculiaridades que a formação continuada pode potencializar, sendo possível a valorização dos saberes do professor, que se apoiam no trabalho cotidiano e no conhecimento do meio.

A capacitação possibilita que o docente aperfeiçoe suas práticas pedagógicas no cotidiano escolar, pois é um processo constante de busca de saberes que possibilita aos educadores agregar maior fonte de conhecimento no processo de aprendizagem dos alunos. Visto que, o profissional da educação é responsável pela construção do conhecimento dos indivíduos e principal interessado em ampliar seu conhecimento (NUNES et al., 2020).

Nessa premissa, Silva e Santos (2020, p.15) ressalta que “a formação continuada se configura como um processo com conotação de evolução e continuidade, valorizada em virtude dos múltiplos e novos desafios do mundo contemporâneo que solicita dos professores novas práticas para a construção de conhecimentos”. Desta forma, torna-se concreto a importância da contínua capacitação profissional na atuação do docente no âmbito escolar, pois o conhecimento adquirido pelo educando traz primeiramente satisfação pessoal em poder se sobressair diante das limitações e adversidades atribuídos pelo dia a dia escolar. E ao fato de os educadores estarem aptos a exercerem a sua profissão com base em inovações e de acordo com as exigências oriundas dos alunos em suas diversidades.

Nessa perspectiva, cabe ao educador identificar as limitações vindas de cada discente independentemente de serem portadores de alguma necessidade especial ou não. Sendo, portanto, este um dos principais motivos pelo qual a formação continuada é tão necessária no corpo docente de uma instituição. Todavia, Silva et al. (2020, p.17) apontam a “utilização dos Princípios Pedagógicos do esporte educacional como norteadores da prática pedagógica dos professores” durante sua formação continuada, ou seja, são meios de direcionar as características indispensáveis para a realização de exercícios que trabalhem a diferença cultural dos alunos durante seu processo de ensino. Segundo os autores Silva et al. (2020) esses princípios são: inclusão de todos; respeito à diversidade; autonomia; educação integral e construção coletiva.

Sacchi e Metzner (2019) relatam que se devem considerar os conhecimentos dos pedagogos sobre os elementos psicomotores e sua importância no desenvolvimento absoluto das crianças, visto que, cabe ao profissional da educação implantar atividades que fortaleçam os fatores da psicomotricidade na construção motora e afetiva do sujeito. Os mesmos autores Sacchi e Metzner (2019, p.15) destacam que “no contexto escolar, é necessário ampliar o repertório motor infantil para que as crianças obtenham progresso em suas capacidades básicas, como também em aspectos mais complexos do desenvolvimento humano que proporcionam uma melhor assimilação das aprendizagens escolares”.

O movimento é a forma que a criança tem de descobrir o seu eu, considerando isso o pedagogo deve estar atento as mensagens que a criança passa ao locomover-se. De acordo com Galuppi (2021, p.11) “é relevante que os pedagogos, possuam o conhecimento a respeito do desenvolvimento infantil para que o mesmo possa transmitir os assuntos de maneira apropriada respeitando o desenvolvimento motor de acordo com aquela idade”.

Contudo, considerando o bem-estar dos professores e dos alunos e da capacidade de cada um desenvolver suas limitações, é interessante optar pela capacitação dos professores com abordagem na psicomotricidade, como forma de subsidiar o conhecimento didático pedagógico. Em virtude de adquirir ao longo da formação pessoal do professor, recursos concretos que segundo Donadio et al. (2020, p.11) “caracterizam a especificidade das intervenções em psicomotricidade e que singularizam sua atuação profissional, que realize uma integração entre seus referentes teóricos e suas respostas corporais”.

Considerações Finais

Fortalecer os recursos disponíveis para a construção da aprendizagem dos alunos é o ponto de partida utilizado pelos professores ao buscarem especialização, considerando a importância de ser agregador no rendimento escolar dos discentes dentro e fora da sala de aula. Partindo deste pressuposto, a formação pessoal do docente na área da psicomotricidade permite que eles articulem adequadamente as práticas psicomotoras, desenvolvendo sua flexibilidade em criação de mais atividades que maximizem a mobilidade dos alunos (VENÂNCIO et al., 2021).

Segundo Galuppi (2021, p.11):

[...] é preciso investir na formação do pedagogo oferecendo cursos nas redes públicas e privadas de ensino que o permita experimentar e compreender a relevância da psicomotricidade durante o processo de aprendizagem do discente e contribuindo para que a educação infantil seja de ótima qualidade.

A psicomotricidade deve ser vista como uma prática pedagógica que possibilita um ensino de qualidade por meio de exercícios que despertem melhores condições de aprendizagem, através principalmente da interação criada entre professor e aluno, visto que a educação infantil estabelece que ter um bom relacionamento com as crianças é a melhor forma de avaliar suas particularidades (CORDEIRO, 2009).

Assim sendo, ofertar um espaço equilibrado e harmonioso da oportunidade para a criança se sobressair e se posicionar quanto a si mesmo e o que observa ao seu redor, por isso, Fernandes et al. (2018, p. 8) defende que “as sensações, ao serem emocionalmente partilhadas, podem ser mais bem integradas, percebidas e representadas, o que ajuda a criança a dar sentido ao que vivencia.”

Contudo, o pedagogo deve trabalhar de acordo com a fase de desenvolvimento da criança, respeitando seu tempo e disponibilizando condições apropriadas de ensino. De acordo com Galuppi (2021, p.11):

A questão principal para confirmação de uma educação e englobe concepções de respeito ao ser humano é também dedicar-se na formação do pedagogo que o capacite a ter habilidades para concretização das práticas pedagógicas que inundem o saber a respeito da psicomotricidade e a sua interferência no processo de aprendizagem do indivíduo.

Corroborando com essa afirmação Fernandes (2015) diz que a influência psicomotora implica na existência de um ambiente do qual ocorre a expressão corporal, no qual, as vontades, necessidades e movimentos conscientes ou inconscientes da criança se manifestam através dos gestos. Nesse sentido, Fernandes et al (2018) enfatizam que as condições trazidas as crianças lhes dão liberdade de ir e vir entre o seu desejo pessoal e as condições que o ambiente oferece através de atividades que solidificam o pensar e as atitudes dos sujeitos.

Portanto, o desenvolvimento psicomotor pode ser um processo lento a ser trabalhado pelos pedagogos em sala de aula e que traz resultados no desenvolvimento da criança. Contudo é essencial que o profissional tenha em mente que a condução das atividades psicomotoras é condicionada por eles, de forma que quando apresentado qualquer exercício para a turma o docente tenha a habilidade de ensinar o processo de execução para as crianças para que elas tenham desenvoltura em realizações em algum momento sozinho, pois a implementação de atividades motoras permitem a atração do conhecimento de forma instintiva (GALUPPI, 2021).

Referência

ALVES, F. **Psicomotricidade e Desenvolvimento infantil. Psicomotricidade corpo, ação e emoção.** Ed. 5ª, cap.1, p. 17- 52. Rio de Janeiro: Wak editora. 2012.

CORDEIRO, J. **Didática.** São Paulo: Editora Contexto, p. 30, 2009.

CUNHA, E. C. da. A psicomotricidade na educação infantil: Ressignificação de práticas pedagógicas. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Educação Escolar) Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, 2016.

DANTAS, L. M; PINTO, E. C. B. Psicomotricidade e educação inclusiva: vivências em sala de aula. 2013. **XI congresso Nacional de educação EDUCERE**, 2013.

DONADIO, D. et al. A formação pessoal influencia na docência dos pós-graduandos em psicomotricidade? **Revista Psicologia e Saúde Saberes**, v. 1, n. 1, p. 29-40, 2020.

- FERNANDES, J. Das abordagens emergentes em psicomotricidade às atualidades da prática psicomotora. In: FERNANDES, J.; GUTIERRES FILHO, P. (Ed.). **Atualidades da prática psicomotora**. Rio de Janeiro: Wak, p. 19-28, 2015.
- FERNANDES, J. M. G. de A.; GUTIERRES, P. J. B.; REZENDE, A. L. G. de. Psicomotricidade, jogo e corpo-em-relação: contribuições para a intervenção. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, p. 702-709, 2018.
- FERRONATTO, S. R. B. Psicomotricidade e formação de professores: uma proposta de atuação. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Educação 2006.
- GALUPPI, A. B. A percepção do pedagogo sobre o desenvolvimento psicomotor na educação infantil. **Revista Educação Continuada**, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2021.
- LAPIERRE, A. **Da psicomotricidade relacional à análise corporal da relação**. Curitiba/PR: UFPR, 2002.
- MORO, D. R. P. et al. A psicomotricidade relacional como propulsora do vínculo afetivo na educação infantil. In: VII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE - Saberes Docentes. **Anais**, PUCPR, Curitiba: 2007.
- NEGRINE, A. O corpo na educação infantil. 1ª ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- NUNES, F. S. F. et al. Estudos relacionados à formação continuada de professores de educação física para a inclusão escolar. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 41108-41122, 2020.
- OLIVEIRA, G. C. **Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- PAIS, Q. M. B. As contribuições da psicomotricidade no processo de alfabetização e letramento. **Revista Desenvolvimento Intelectual**, p. 92, 2021.
- RIBEIRO, A. P.; BEZERRA, J. P. D. Psicomotricidade funcional e a educação musical: uma proposta “percussivamente” correta. In: **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207. p. 106-113, 2017.
- SACCHI, A. L.; METZNER, A. C. A percepção do pedagogo sobre o desenvolvimento psicomotor na educação infantil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Volume 100 Nº 254 páginas 96 – 110, 2019.
- SANTOS, A. C. A. Psicomotricidade. **Dissertação** (Mestrado em Jogo e Motricidade na Infância) Departamento de Educação da Escola Superior de Educação de Coimbra, 2015.
- SILVA, C. M. B. da; SANTOS, E. O. dos. Formação continuada do professor do ensino médio integrado: concepções e importância. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 18, p. 9281, 2020.
- SILVA, P. da R. L. da, et al. Formação continuada de professores e a aplicabilidade dos princípios pedagógicos do esporte educacional. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 10, p. 169-185, 2020.
- VENÂNCIO, P. E. M. et al. Conhecimento de professores sobre psicomotricidade. **International Journal of Development Research**, v. 11, n. 03, 2021.
- VIEIRA, J. L. Psicomotricidade relacional: a teoria de uma prática. **Perspectivas Online 2007-2011**, v. 3, n. 11, 2007.

Enviado em 31/08/2021

Avaliado em 10/10/2021

ASPECTOS CONCEITUAIS DA LEITURA: CONHECIMENTOS E REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DA LEITURA NO COTIDIANO BRASILEIRO

IlayneNágila Costa Melo¹⁰
Charlyan de Sousa Lima¹¹
Bruna Cruz Magalhães¹²

Resumo

Objetivou-se apresentar alguns aspectos conceituais da leitura, e refletir sobre a prática da leitura no cotidiano. Observou-se que a compreensão da leitura ajudará os alunos a descobrirem e conhecerem melhor o mundo que os rodeiam, auxiliando-os na formação de habilidades para um pensamento criativo, crítico e democrático. A conceitualização acerca da leitura, em seu caráter social não se resume na decodificação de palavras, mas evidencia-se sua importância no desenvolvimento do indivíduo, sendo assim de extrema importância aprofundar a reflexão quanto o processo de aprendizagem a partir da leitura, para que o indivíduo se sinta atraído em buscar novos conhecimentos.

Palavras-chave: Conhecimento; Letras; Linguagem; Palavras.

Abstract

It was intended to present some conceptual aspects of reading, and to reflect on the practice of reading in everyday life. It has been observed that understanding reading will help students to discover and learn more about the world around them, helping them to train skills for creative, critical and democratic thinking. The conceptualization about reading, in its social character is not summarized in the decoding of words, but it is evident its importance in the development of the individual, and it is therefore of extreme importance to deepen the reflection as the learning process from the reading, so that the individual feels attracted to seek new knowledge.

Keywords: Knowledge; Letters; Language; Words.

Introdução

A leitura possui um espaço de extrema importância no processo formativo do ser humano. Sua relevância não está atrelada somente a sua contribuição para a formação intelectual do ser humano, mas para a constituição de um indivíduo ativo e crítico, disposto a utilizar todo o aprendizado para interferir de forma positiva na sociedade. Para isso, torna-se necessário que se desprenda dos achismos do senso comum que caracterizam a leitura apenas como um ato de ler ou o resultado do mesmo.

Diante disso, é necessária uma explanação acerca das interpretações acerca do conceito de leitura, das questões que interferem a construção do hábito da leitura entre os alunos, assim como, dos fatores que funcionam como agentes condicionantes no processo de aprendizagem da leitura.

A leitura ocupa um espaço de extrema importância para todos os seres humanos, “[...] não apenas por ser fundamental em nossa formação intelectual, mas também por permitir ampliar horizontes dando acesso a um universo infinito de informações, ideias e sonhos” (SILVA; KOHN, 2016, p.79).

¹⁰ Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão.

¹¹ Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES. Professor da Rede Estadual do Maranhão e da Rede Municipal de Chapadinha-MA.

¹² Mestra em Saúde do Adulto e da Criança pela Universidade Federal do Maranhão. Professora do Curso da Faculdade Santa Luzia.

Segundo Ferreira (2006, P.540) leitura é “1. Ato de ler, ou o resultado desse ato. 2. Aquilo que se lê. 3. Operação de percorrer de percorrer sequências de marcas codificadas e reconverte-las à forma anterior”. Desse modo, vê-se que o ato de ler está relacionado a uma operação sistemática que atua na codificação das letras e palavras.

De acordo com Gonçalves (2013, p.10), “o conceito de leitura está geralmente restrito à decodificação da escrita. A atividade de leitura não corresponde a uma simples decodificação de símbolos, mas significa, de fato, interpretar e compreender o que se lê”. O autor aponta que ler não é somente um ato de decodificação de símbolos, mas, uma atividade de interpretação e compreensão do que está sendo lido. Para ler é preciso compreender o significado cultural e social do texto.

Por fim, este trabalho teve como objetivo apresentar alguns aspectos conceituais da leitura, e refletir sobre a prática da leitura no cotidiano brasileiro.

Ampliando a compreensão acerca do conceito de leitura

O conceito de leitura não se restringe somente a um processo de decodificação de letras. Mas, abrange todos os mecanismos inseridos no meio vivenciados pelos educandos. Sendo um trajeto a ser trilhado na construção da personalidade do indivíduo, assim como, na própria transformação da sociedade. De acordo com os estudos de Freire (1989), a leitura do mundo antecede a leitura da palavra e a leitura desta sugere a continuação da leitura daquele. Assim, enfatiza-se que a leitura é integrada à forma de observar o mundo.

É admissível articular que a leitura seja uma forma de conhecer e transformar o meio em que se vive. Dessa forma, pode-se afirmar que a compreensão da palavra é o elemento essencial do ato de ler, pois, “um indivíduo pode ser considerado leitor quando passa a compreender o que lê. Ler é antes de tudo compreender, por isso não basta decodificar sinais e signos, é necessário transformar e ser transformado” (GONÇALVES, 2013, p.10).

Ainda em Lajolo (1995 apud Rocha, 2007, p.03):

Ler não é decifrar, como num jogo de adivinhações, o sentido de um texto. É, a partir do texto, ser capaz de atribuir-lhe significado, conseguir relacioná-lo a todos os outros textos significativos para cada um, reconhecer nele o tipo de leitura que seu autor pretendia e, dono da própria vontade, entregar-se a esta leitura, ou rebelar-se contra ela, propondo outra não prevista.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais advertem que, mesmo se referindo “[...] a leitura, ainda que o primeiro ciclo seja o momento da aprendizagem do sistema de notação escrita, as atividades precisam realizar-se num contexto em que o objetivo seja a busca e a construção do significado, e não simplesmente a decodificação” (PCNs, 1997, p.70). A leitura deve sempre ser encarada como uma atividade voltada ao crescimento e maturidade do indivíduo, nunca se resumindo numa atividade que deve começar e encerrar dentro da sala de aula. Ao contrário, deve ser companheira do processo de crescimento do sujeito, desde a decodificação da primeira letra, até a compreensão geral de seu primeiro texto. Sem deixar de perceber, como os resultados do processo de ensino-aprendizagem irão impactar a vida da criança.

Segundo Bourdieu e Chartier (2001) o sistema escolar possui uma finalidade dual na vida dos sujeitos, pois tanto representa a principal ou exclusiva via de acesso à leitura, como também destrói, de certo modo, a necessidade de leitura. Nesse sentido a primeira face da escola contribui para a formação de leitores; já no caso da segunda faceta, há um provoco à formação de leitores.

Com base nisso, Gonçalves (2004, p. 78) diferencia o leitor do ledor, afirmando que:

Leitor e ledor não se confundem, pois o leitor não se apoia na decifração de letra por letra, sílaba por sílaba, palavra por palavra (como faz o ledor). Para o leitor, a abordagem do texto (sua leitura) realiza-se através de um processo de questionamento, que não é estritamente dependente da decifração linear, ou seja, decifrar palavra por palavra da primeira à última linhas do texto. O leitor faz hipóteses de sentido a partir de indícios discursivos (e não restrito a cada palavra) e verifica essas hipóteses no texto; para ele ler é uma situação de vida, isto é, fonte de crescimento pessoal, tanto afetivo como cognitivo e não meramente um exercício escolar.

Com base no supracitado, o ato de torna-se um leitor, demanda uma participação ativa do sujeito no procedimento de construção de sentidos para o lido. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (2001), no tópico Prática de leitura, protegem essa atuação do leitor e afirmam que:

[...] a leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc. (BRASIL, 2001, p. 53).

Apesar dos diversos estudos apontarem que a leitura não é somente um processo de decodificação de letras e palavras, ainda há profissionais que interpretam a mesma a partir de tais princípios.

[...], infelizmente, muitos educadores ainda utilizam deste método tradicional para alfabetizar seus educandos. Prevalece o “aprender” sem saber o porquê ou “para quê”, impossibilitando o aluno compreender o verdadeiro significado da leitura, sua função e seu papel na sociedade. (ROCHA, 2007, p.06).

Desse modo, muitos alunos não encontram na leitura nenhum atrativo, pois, não sabem sua verdadeira finalidade e nem significado. A utilização do método tradicional no processo de alfabetização tende a dar preferência ao aprender por aprender. Nesse caso, as crianças aprendem a lê de forma mecanizada, sem fazer uso de seu espírito crítico, lendo apenas palavras de forma individual, esquecendo-se de compreender o significado das mesmas em seu conjunto.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), é ressaltada a questão do apreender e ensinar da língua portuguesa na escola. Destacando os três elementos principais neste procedimento, onde é destacada a importância de um ensino voltado para o desenvolvimento de um espírito reflexivo nos alunos. Atualmente, é notável que a prática da leitura tornou-se muito necessária para a formação do cidadão, sendo assim, a escola tornou-se um ambiente destinado ao incentivo da leitura.

O primeiro elemento dessa tríade, o aluno, é o sujeito da ação de aprender, aquele que age sobre o objeto de conhecimento. O segundo elemento, o objeto de conhecimento, é a Língua Portuguesa, tal como se fala e se escreve fora da escola, a língua que se fala em instâncias públicas e a que existe nos textos escritos que circulam socialmente. E o terceiro elemento da tríade, o ensino, é, neste enfoque teórico, concebido como a prática educacional que organiza a mediação entre sujeito e objeto do conhecimento. Para que essa mediação aconteça, o professor deverá planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997, p.25).

É necessário destacar também, a importância do professor neste trajeto percorrido pelos estudantes. Pois, ele possui a capacidade de estabelecer os meios pedagógicos pertinentes para que os alunos tenham um maior contato com os livros de diversos gêneros literários, sendo na escola que lemos textos e realizamos atividades de diversas áreas do conhecimento, e, além disso, cabe a mesma, a função de realizar atividades que influenciem a leitura (SOUZA, 2017).

A compreensão da leitura ajudará os alunos a descobrirem e conhecerem melhor o mundo que os rodeiam, auxiliando-os na formação de habilidades para um pensamento criativo, crítico e democrático (TAVARES, 2013).

Ainda nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), são destacados objetivos a serem alcançados pelos alunos, no decorrer de sua trajetória nos anos iniciais do ensino fundamental. Dentre os objetivos está: “[...] questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação” (PCNs, 1997, p.09).

Para isso, é preciso ampliar a concepção que se tem acerca do conceito de leitura. Pois, a leitura é, necessariamente, uma ação que busca perceber e conferir sentidos ao que está sendo lido. Isso ocorre por meio, de uma conjuntura de fatores interligados a vida pessoal, levando o indivíduo a compreender a realidade por um viés particular.

Tem-se que reconhecer que a compreensão conceitual do termo leitura é ampla. Segundo Martins (2004 apud SCHUTZ; DELLA MÉA; GONÇALVES, 2009, p.57), a leitura pode ser interpretada como:

Além da leitura sensorial (referente aos sentidos humanos), [*existe*] a leitura emocional (esta mexe com o que nos remete prazer, respondendo a uma necessidade pessoal) e a leitura racional, que, [...] tem o “status dos letrados” (a que é capaz de produzir e apreciar a linguagem).

Ler é interpretar, quando se fala em leitura à primeira coisa que vem à mente são livros, revistas ou até mesmo jornais. Mas, a leitura não se restringe só a isso, “[...] sem dúvida o ato de ler estar sempre relacionado às palavras escritas, e o leitor é geralmente visto como um decodificador da letra” (ROCHA, 2007, p.04). Mas, segundo os estudos de Martins (2004 apud ROCHA, 2007, p.04), constatou-se que existem várias maneiras de leitura como: “ler a mão”; “ler o olhar de alguém”; “ler o tempo”; “ler o espaço”.

Conforme a afirmação de Rocha (2007, p.04), às vezes, tem-se em nossa casa, “objetos que nem sempre damos atenção, mas de repente começamos observar seu formato, cor, tamanho, utilidade e nos damos conta que estamos fazendo uma leitura de suas características, pois só naquele momento a presença do objeto, ali, se mostrou importante”¹³. A leitura dos objetos que nos rodeiam no cotidiano é muitas vezes realizada sem uma observação atenta, pois, fica-se restrito ao formato sistemático de ler relacionado à decodificação das letras.

Segundo Carletti (2000 apud GONÇALVES, 2013, p.10), “a leitura é o meio mais importante para a aquisição de saberes na formação de um cidadão crítico para atuar na sociedade”. A ação de ler caracteriza-se como um exemplar de aprendizagem humana, que possibilita ao indivíduo a aquisição de habilidades que serão importantes para a vivência do mesmo em sociedade.

¹³ Cf. ROCHA, Selma Maria de Lima. *Leitura como ato social: Uma análise do processo no Ensino Médio na modalidade de Jovens e Adultos*. (monografia) Bananeiras, 2007.

Sobre isso, Carleti (2000 apud GONÇALVES, 2013, p. 11) enfatiza que:

Durante o processo de armazenagem da leitura coloca-se em funcionamento um número infinito de células cerebrais. A combinação de unidade de pensamentos em sentenças e estruturas mais amplas de linguagem constitui, ao mesmo tempo, um processo cognitivo e um processo de linguagem. A contínua repetição desse processo resulta num treinamento cognitivo de qualidade especial.

O desenvolvimento da capacidade de compreensão da leitura está relacionado de forma intrínseca ao aumento e crescimento das competências necessárias para o convívio social. Já que, como foi explanado nestas linhas, leitura não se resume ao ato de decodificação de letras e palavras, pelo contrário, abrange uma série de mecanismos que precisam ser desenvolvidos no indivíduo, em especial na criança. Tornando-a um cidadão com senso crítico, capaz de viver e interagir com o meio em que vive.

O hábito da leitura no cotidiano brasileiro

No Brasil, existem muitos estudos voltados para a importância da leitura, no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Principalmente, no trajeto escolar dos alunos pertencentes à Educação de Jovens e Adultos - EJA. Já que, é este período apropriado para despertar nos sujeitos o interesse pelo hábito da leitura. Para torná-los indivíduos críticos e preparados para a vivência em sociedade.

Segundo Dutra (2010, p.09), “ler é uma das competências mais importantes a serem trabalhadas com o aluno, principalmente após recentes pesquisas que apontam ser esta uma das principais deficiências do estudante brasileiro”, desse modo, a leitura oportuniza a construção de um estudante ativo, crítico e consciente de sua realidade social, qualidades importantes para a estruturação de um cidadão.

Com base nos dados apresentados pela pesquisa Retrato da Leitura no Brasil¹⁴, concretizada pelo Instituto Pró-Livro em parceria com o Ibope Inteligência. “De acordo com o levantamento nacional, o número de brasileiros considerados leitores [...] caiu de 95,6 milhões (55% da população estimada), em 2007, para 88,2 milhões (50%), em 2011” (GOULART, 2011, p.01).

De acordo com os resultados da pesquisa supracitada, torna-se visível que no cenário brasileiro a leitura não é vista como uma atividade atrativa. Levando a queda no percentual de leitores, não só isso, mas também ao acarretamento do crescimento do não hábito da leitura entre os mais jovens. Desse modo, pode-se enfatizar que, a “redução da leitura foi medida até entre crianças e adolescentes, que lêem por dever escolar. Em 2011, crianças com idades entre 5 e 10 anos leram 5,4 livros, ante 6,9 registrados no levantamento de 2007” (GOULART, 2011, p. 01).

É visível, que temos uma cultura que não prioriza a prática da leitura. Como resultado, “[...] menos que 45% da população brasileira não leem sequer um livro por ano. E desse percentual, 53% dos pesquisados dizem simplesmente não “ter interesse” enquanto outros 42% admitem “ter dificuldade” de ler. Ou seja, somos uma Nação de não leitores” (BORGES; ASSAGRA; ALDA, 2010, p.08-09).

¹⁴A pesquisa intitulada Retrato da Leitura no Brasil foi realizada no período 11 de junho e 3 de julho de 2011 e ouviu 5.012 pessoas, com idade superior a 5 anos de idade, em 315 municípios brasileiros. A margem de erro é de apenas 1,4 ponto percentual.

Na tentativa de identificar os fatores causadores da falta de atratividade do hábito de lê. Diversos estudos têm sido realizados acerca da temática, pois, tornou-se evidente a aversão de muitas crianças e jovens a leitura. Sendo necessária somente para a solução de tarefas escolares, e não como uma atividade que pode ser prazerosa. Dessa forma, acaba-se gerando leitores mecanizados, que leem, mas, não conseguem realizar a sua interpretação de forma precisa. Destacando a autoridade que é transferida a escola e ao professor, sendo ambos apontados como principais responsáveis nesta empreitada (TAVARES, 2013).

Em muitas escolas existem a realização de atividades que influenciam a prática da leitura como o cantinho da leitura, as atividades realizadas na biblioteca, atividades que mostrem ao aluno o quanto a leitura pode ser algo libertador, pois quando lemos aprendemos, viajamos por outros mundos, sendo a leitura uma atividade prazerosa e não somente um compromisso técnico ou didático.

Segundo os estudos de Scatolin, Nascimento e Souza (2016, p. 2):

Existem várias razões que nos levam a fazer uma leitura: isso pode ocorrer por nosso próprio interesse ou do outro que nos conduz a realização desse ato. O fato é que somos estimulados de alguma forma e utilizamos a leitura para vários fins: como fonte de informação de caráter geral ou específico, como via acesso ao mundo criado pela literatura, para seguir instruções (saber como fazer), para aprender; para revisar nossos próprios escritos; por prazer etc.

Diante do exposto, nota-se que existem diversos fatores que agem como condicionantes para o interesse ao hábito da leitura. Mas, apesar desses motivos incentivadores ao ato de lê, na pesquisa “Retrato da Leitura do Brasil” foi diagnosticado o seguinte:

[...] a queda do apreço do brasileiro pela leitura como hobby. Em 2007, ler era a quarta atividade mais apreciada no tempo livre; quatro anos depois, o hábito caiu para sétimo lugar. Antes, 36% declaravam enxergar a leitura como forma de lazer, parcela reduzida a 28%. (GOULART, 2011, p.01).

Dentro desse quadro, o hábito da leitura vem perdendo adeptos no Brasil. Uma das razões para o declínio do hábito de leitura entre o público de adolescentes e adultos é a ausência de estímulos emanados pela própria família. Sendo assim, existem outros dispositivos que estão disputando a atenção dos indivíduos. E, a pesquisa Retrato da Leitura do Brasil, também revela que entretenimentos são esses:

À frente dos livros, apareceram na sondagem assistir à TV (85% em 2011 vs. 77% em 2007), escutar música ou rádio (52% vs. 54%), descansar (51% vs. 50%), reunir-se com amigos e família (44% vs. 31%), assistir a vídeos/filmes em DVD (38% vs. 29%) e sair com amigos (34% vs. 33%). (GOULART, 2011, p.01).

Vive-se em nossa sociedade, um momento em que a prática da leitura, perde seu lugar frente a outros meios de distração. “[...] No século XXI, o livro disputa o interesse dos cidadãos com uma série de entretenimentos que podem parecer mais sedutores”(GOULART, 2011, p.01). Essa agonia é sentida entre os professores que precisam se equipar de meios pedagógicos estratégicos suficientes para tentar contornar essa situação de aversão dos sujeitos a leitura. Segundo a diretora de educação e cultura do Instituto Ecofuturo Christine Castilho Fontelles, “[...] Ou despertamos o interesse pela leitura, ou perderemos a batalha”(GOULART, 2011, p.01).

O Brasil necessita de condições que incentive não apenas a alfabetização, mas o estímulo à leitura e à escrita em forma integral. Ainda que, existam distintos programas e corporações voltadas a contornar essa condição, o país ainda está longe de ser um país voltado à literatura, diferentemente dos países desenvolvidos. O país conta também com a CBL que é a Câmara Brasileira do Livro, organismo sem intuítos rentáveis que atua no patrocínio do mercado editorial brasileiro (SOUZA, 2013).

Com o advento da internet, se torna mais rápido a globalização de informações. Não são poucos os grupos de “internautas” que fazem uso dessa tecnologia para disseminar suas ideias e inventos. Concomitante, vêm se difundindo o número de pessoas que fazem uso da internet, para a divulgação de conteúdos literários através da web.

Existem atualmente vários grupos de discussão em fóruns e em comunidades das chamadas redes sociais e blogs destinados a discussões e críticas literárias. Esses instrumentos podem ser utilizados no processo de incentivo a leitura tornando ainda mais enriquecedor o processo de ensino-aprendizagem. Pois, pode-se afirmar que, há uma geração de leitores brasileiros, influenciados pela internet. Garantir que, há uma “nova” geração de adeptos da leitura pode parecer confuso, pois, mesmo com os mais variados meios tecnológicos destinados à leitura, sempre existirão leitores tidos como, “tradicionais”. Que gostam de apreciar os clássicos da literatura e frequentar as bibliotecas físicas.

O avanço tecnológico é inevitável, o processo educacional encontra-se cada vez mais interligado com o mesmo. Nas escolas tornou-se necessário que os profissionais da educação se adequem com esta nova realidade social. Em seu artigo sobre Educação e Tecnologia, Ioschpe (2013, p.02) adverte que é problemático:

[...] partir do pressuposto de que os avanços tecnológicos estão inacessíveis a adultos, o que é falso. A tecnologia é hoje tão simples [...] Sim, provavelmente a nova geração terá maior familiaridade com as novas tecnologias, porque nasceu e cresceu com elas, mas é uma diferença de grau, não de ordem de grandeza.

A internet, ultimamente é o principal meio de comunicação. Não obstante, quando se fala em leitura à imagem que em nossa mente é a de um computador. Torna-se mais raro a realização de uma leitura de um livro de papel, onde os livros concorrem espaço com tablets, computadores e celulares, crianças e adolescentes nascem dentro de um mundo tecnológico.

Cabendo a escola e ao próprio educador, desenvolver meios pedagógicos inovadores, mostrando ao educando que leitura não é feita somente nos livros, mas, pode ser associada ao próprio desenvolvimento das tecnologias. Em seus estudos, Borges, Assagra e Alda (2010, p. 162), justificam que “[...] profissionais e intelectuais da educação, precisam estar em permanente processo de atualização e reflexão crítica para que possamos desempenhar o nosso papel de educadores e formadores com maior eficiência”. Pois, lê é aprender a criar, a refletir, é aprender a fazer. Por este motivo, a leitura acompanha o progresso da sociedade, desse modo, deve-se fazer uso desses meios tecnológicos como uma maneira de atrair e incentivar os alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Partindo desse pressuposto, tem-se que se pensar nas questões relacionadas à prática da leitura, como, sua definição, a participação da escola e da família no processo de estimulação ao ato de ler. Assim como, as estratégias pedagógicas que podem ser implantadas no ambiente escolar para a melhoria dessa questão. Para que se possam estabelecer medidas que contornem esse problema de desinteresse das crianças com relação à leitura. Diante do exposto, é notável que se torna necessário ter-se um conhecimento aprofundado dos mecanismos que envolvem este aspecto tão importante que envolve o processo de ensino-aprendizagem, que é a leitura.

A aprendizagem da leitura

A leitura é um dos meios mais formidáveis e primordiais para a constituição de novas aprendizagens¹⁵, “[...] possibilitando o fortalecimento de ideias e ações, permite ampliar e adquirir novos conhecimentos desenvolvendo o senso crítico, possibilitando a elevação de quem lê a níveis mais altos de desempenho cognitivo” (SILVA et al., 2014, p.04).

O processo de aprendizagem da leitura, por sua vez, não seria menos importante. Pelo contrário, essa é uma tarefa de extrema importância, pois, o desenvolvimento da capacidade de compreensão do mundo é essencial para a vivência do indivíduo em sociedade. Infelizmente, não obstante, depara-se com situações de total analfabetismo funcional, crianças, adolescentes e adultos que apenas decodificam palavras, soletram as sílabas, aprendem os fonemas, mas, não são capazes de compreender o que texto tem a proferir¹⁶.

Para uma pessoa alcançar a proficiência de leitura desejável, ela depende, nos momentos iniciais do processo de aprendizagem da leitura e da escrita, de dois requisitos: apropriação da tecnologia da escrita pelo processo da alfabetização e vivência de práticas variadas de leitura e escrita para possibilitar a apreensão dos usos e funções dessa modalidade linguística pelo processo de letramento. Na sequência, essas práticas precisam ser perseveradas, pois, por se tratar de um processo, pressupõe desenvolvimento contínuo. (GUSSO, 2010, p. 15).

Para o desenvolvimento de leitores proficientes é indispensável que se comece desde os anos iniciais um processo envolvendo metodologias que possibilitem aos educandos a captação total dos usos e funções que envolvem essa modalidade linguística. Diante das constantes mudanças sociais, culturais, econômicas, políticas e tecnológicas, faz-se necessário que os indivíduos desenvolvam novas capacidades leitoras “[...] Uma vez que o modo de uso da língua escrita é dinâmico, o conjunto de competências e habilidades que caracterizam um leitor proficiente também precisa modificar-se, para atender a tal demanda” (SILVA; KOHN, 2016, p.80).

A estruturação de métodos eficazes para a construção de leitores ativos e críticos é indispensável para uma organização social com sujeitos capazes de participar ativamente em sociedade. Sobre isso, pode-se afirmar que:

A partir dessas premissas, conclui-se que o percurso necessário para a formação de um leitor inicia antes da escolarização, passa por um ensino sistematizado nos bancos escolares e se prolonga vida afora. Levando-se em conta que a constituição de leitores é um processo cujo início acontece antes do ensino formal da língua escrita, a criança que vive situações sociais nas quais a prática de leitura se faz presente está então, por meio dessa experiência, desenvolvendo o aprendizado das competências necessárias para a prática leitora. (GUSSO, 2010, p.15-16).

¹⁵ Cf. SILVA, Maria Elizomara Elias da. MEDEIROS, Aldenisa de Souza. MOURA, Ranielly Pereira de. RODRIGUES, Eliany Cristina. GURGEL, IureCoutre. Trabalhando a leitura no estágio nos anos iniciais do Ensino fundamental. Santa Maria/RS – Brasil Associação Internacional de Pesquisa na Graduação em Pedagogia (AINPGP), 30 de julho a 01 de agosto de 2014.

¹⁶ Cf. SILVA, Josefa Sandra da. KOHN, Carla Daniela. A Contribuição da leitura nos anos iniciais para a formação do leitor crítico. FAMA – Faculdade Amadeus, II Encontro Científico Multidisciplinar – Aracaju/SE – 17 e 18 de maio 2016.

Assim, com base na citação, a aprendizagem da leitura envolve um percurso que se inicia muito antes do processo de escolarização formal, desempenhado na escola pelos professores. “[...] Dados empíricos revelam que no mundo contemporâneo a leitura é uma aprendizagem social, antes de ser escolar, pois seu valor social de comunicação é apreendido no convívio com os materiais escritos circulantes na vida cotidiana das famílias” (GUSSO, 2010, p.16).

A participação familiar neste trajeto é indispensável, já que o indivíduo encontra no convívio familiar os primeiros exemplos de práticas da leitura. Sendo, o lar, um espaço social, o mesmo tem o poder de influenciar positiva ou negativamente as crianças em suas percepções sobre a leitura. A família ocupa um papel de extrema importância no momento da transmissão do capital cultural, disposições que vão sendo assimiladas de forma consciente ou mesmo de forma inconsciente (SILVA; KOHN, 2016).

O sujeito que convive em um ambiente onde o uso e prática da leitura são constantes é quase que, inevitável que ele apresente maiores condições e percepções sobre o meio social. Diante de um adolescente e adulto cujo espaço social encontra-se pouco ligado à escrita e a leitura, ou seja, um lugar em que o uso cotidiano das modalidades de linguagem encontram-se ausentes.

E, sem dúvidas, a desigualdade de oportunidades gera impacto na formação de leitores, haja vista os grupos sociais construírem suas experiências afetivas e sociais com a leitura de modos particulares. Assim, sabendo-se dessa inter-relação, assume caráter fundamental, já no início da escolarização, proporcionar às crianças, cujo acesso à escrita é restrito, experiências que lhes permitam avaliar o valor social conferido a essa modalidade de linguagem. (GUSSO, 2010, p.16).

De acordo com Gusso (2010), existe um fator de desigualdade de oportunidades na aquisição de habilidades necessárias que contribuem para a formação de leitores críticos. Segundo Bourdieu (2014), a origem social encontra-se intimamente ligada ao acúmulo de bens culturais, econômicos e sociais, que posteriormente poderão tornar-se elementos determinantes na formação de futuros leitores, assim como, determinando seu trajeto escolar. “[...] a origem social é sem dúvida aquela cuja influência exerce-se mais fortemente sobre o meio estudantil, mais fortemente em todo caso que o sexo e a idade e, sobretudo mais do que outro fator claramente percebido, como a afiliação religiosa, por exemplo” (BOURDIEU, 2014, p.27).

A origem social se apresenta como um fator que pode influenciar, tanto positiva como negativamente no processo de aprendizagem da leitura. Já que, a bagagem cultural trazida pelos alunos ao ambiente escolar, torna-se de grande valia para o desenvolvimento dos mesmos na tarefa de ensino da leitura.

Conclusão

Conclui-se que a conceituação acerca da leitura, evidenciando o caráter social desta prática, não se resume na decodificação de palavras. Evidenciou-se também, a não atratividade do hábito da leitura no cotidiano brasileiro, onde a mesma tem que disputar atenção frente às novas tecnologias da sociedade moderna, sendo assim de extrema importância aprofundar a reflexão quanto ao processo de aprendizagem a partir da leitura, que o indivíduo se sinta atraído em buscar novos conhecimentos.

Referências

- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron; tradução Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. Florianópolis, Ed. da UFSC, 2014.
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, R. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. Tradução de Cristiane Nascimento. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- BORGES, Ana Gabriela Simões; ASSAGRA, Andressa Grilo. **Por que e para que ensinar a leitura?** In: BORGES, Ana Gabriela Simões. ASSAGRA, Andressa Grilo. ALDA, Clarice López de. (Org.). **Leitura: o mundo além das palavras**. Curitiba: Instituto RPC, 2010.
- DUTRA, Vânia L. R. Abordagem funcional da gramática na Escola Básica. In: I CIPLOM Congresso Internacional de Professores de Línguas Oficiais do MERCOSUL. Vol. 2., 2010, Foz do Iguaçu, **Anais** www.abralin.org Foz do Iguaçu: 2010. p. 1-10.
- FERREIRA, A. B. H. **Dicionário escolar da Língua Portuguesa**. Ed. Positivo, 2006.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 23ª Ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- GOULART, Nathalia. **Retrato da Leitura no Brasil**. Instituto Pró-Livro e Ibope Inteligência. 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/educacao/habito-de-leitura-cai-no-brasil-revela-pesquisa> Acesso em: 12/04/2021.
- GONÇALVES, Debora Souza Neves. **A importância da leitura nos anos iniciais escolares**. 20f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.
- GONÇALVES, Lídia Maria. **Do leitor ao leitor: Um estudo de caso sobre as insuficiências na utilização do jornal em sala de aula no ensino de Língua Portuguesa em turmas do último ano do ensino fundamental**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- GUSSO, Angela Mari. Formação do leitor aprendiz. In: BORGES, Ana Gabriela Simões. ASSAGRA, Andressa Grilo. ALDA, Clarice López de. (Org.). **Leitura: o mundo além das palavras**. Curitiba: Instituto RPC, 2010.
- IOSCHPE, Gustavo. Educação e tecnologia: o sarrafo subiu. **Revista Veja**. 17 de Maio de 2013. Disponível em: Educação e tecnologia: o sarrafo subiu - Vida Digital - Notícia - VEJA.com <http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/educacao-e-tecnologia-o-sarrafo-subiu>. Acesso em: 12/04/2021.
- ROCHA, Selma Maria de Lima. **Leitura como ato social: Uma análise do processo no Ensino Médio na modalidade de Jovens e Adultos**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) Universidade Federal da Paraíba. Bananeiras, 2007.
- SILVA, Maria Elizomara Elias; MEDEIROS, Aldenisa de Souza; MOURA, Ranielly Pereira; RODRIGUES, Eliany Cristina; GURGEL, Iure Coutre. **Trabalhando a leitura no estágio nos anos iniciais do Ensino fundamental**. Santa Maria/RS – Brasil Associação Internacional de Pesquisa na Graduação em Pedagogia (AINPGP), 2014.
- SILVA, Josefa Sandra da. KOHN, Carla Daniela. A Contribuição da leitura nos anos iniciais para a formação do leitor crítico. In: II ENCONTRO CIENTÍFICO MULTIDISCIPLINAR, 2., 2016, Aracaju/SE **Anais** [...] Aracaju/SE, 2016. p. 75-93
- SOUZA, Rosângela Maria; SILVA, Ariceneide Oliveira. **A importância da leitura na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA/UFAM, 2017.
- TAVARES, Anne Marina Correa. **Adultos maduros e Idosos na escola: depoimentos de educadores**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- Enviado em 31/08/2021
Avaliado em 10/10/2021

FAMÍLIA E ESCOLA: CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E PAPEL SOCIAL DA ESCOLA

Francikele Conceição Carvalho Oliveira¹⁷

Charlyan de Sousa Lima¹⁸

Bruna Cruz Magalhães¹⁹

Resumo:

Este trabalho teve como objetivo apresentar uma revisão histórica e social da relação entre família e escola, especialmente no Brasil, bem como apresentar determinações legais voltadas para a interação família-escola. Observa-se que a família exerce uma função essencial, pois é na família que os educandos terão seus primeiros contatos, compartilharão suas primeiras vitórias, fracassos e aprendizados. Percebe-se que por meio da escola a criança irá conviver com distintos grupos sociais, conhecer novas culturas, adquirir conhecimentos, experiências, adquirindo assim autonomia. A escola deve avaliar o histórico social do aluno, levando em consideração o ambiente familiar em que ele está inserido.

Palavras-chave: Instituição familiar e escolar; Relações humanas; Sociedade.

Abstract:

This work aimed to present a historical and social review of the relationship between family and school, especially in Brazil, as well as to present legal determinations aimed at family-school interaction. It is observed that the family has an essential function, because it is in the family that the educators will have their first contacts, they will share their first victories, failures and learning. It is noticed that through school the child will live with different social groups, know new cultures, acquire knowledge, experience, thus acquiring autonomy. The school should evaluate the social history of the student, taking into account the family environment in which he is inserted.

Keywords: Family and school institution; human relations; Society.

Introdução

Tendo em vista que a família é o primeiro contato que a criança tem, entende-se que é através dela que o indivíduo aprende a viver em sociedade, sendo assim a família torna-se responsável também pela convivência social do indivíduo.

O modelo de família patriarcal, por exemplo, cuja característica principal era ser chefiado por o “homem da casa”, esteve presente na formação social do Brasil, o líder da família (pai) tinha como obrigação sustentar a casa, filhos e esposa. Com o passar do tempo, com as manifestações e acontecimentos que foram ocorrendo, tornou-se perceptível uma nova estrutura familiar, onde se tem não apenas a figura do pai como líder e a pessoa que sustenta, mas, temos toda uma junção, e uma relação mais igualitária.

¹⁷ Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão.

¹⁸ Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES. Professor da Rede Estadual do Maranhão e da Rede Municipal de Chapadinha-MA.

¹⁹ Mestra em Saúde do Adulto e da Criança pela Universidade Federal do Maranhão. Professora do Curso da Faculdade Santa Luzia.

Assim, as mudanças na estrutura familiar foram ocorrendo de forma significativa, tais mudanças deram a mulher mais autonomia, e destaque na sociedade, assim foram surgindo novos modelos de famílias (BARROS et al., 2020). Diante disso, destaca-se que essa autonomia da mulher ainda passa por uma estrutura de lutas e conquistas, onde se percebe uma sociedade ainda restritiva, mas, que vem sofrendo modificações que abrem um leque de direitos e deveres mais iguais e humanos, independente do gênero.

Contextualizando as transformações sociais, culturais e econômicas, pode-se afirmar que as mulheres começaram a ter maior participação na sociedade, com o surgimento de famílias matriarcais, cujo próprio nome já remete para a ideia de mulheres chefiando o núcleo familiar, assim o modelo de família patriarcal deixa de ser o principal, e passando nesse momento a surgir novos modelos familiares.

Percebe-se que já no século XX, temos significativas transformações para construção de novas conjunturas sociais, assim como a instituição familiar e o sistema escolar, levando ao desempenho de novas metodologias, novos contornos nas relações entre si.

Destarte, nascem valores educacionais voltados ao respeito pela individualidade, autonomia e liberdade nas relações entre pais/filhos, que deixam de ser autoritários e passam a ser comunicativos. Enfim, os pais tornam-se responsáveis em prover bem-estar não só materiais, mas também psicológicos para os filhos.

A família é a base de formação do ser humano, mesmo com tantas dificuldades existentes, e com mudanças que ocorrem no mundo, tais como, os efeitos da globalização e modernização dos meios de comunicação, afetam de alguma forma, a base que torna a família o sustentáculo do desenvolvimento do homem; bem como, a escola tem seu papel imprescindível na formação e aprendizagem do aluno.

Desde o início da instituição escolar a família de alguma forma necessitou se juntar a ela, todavia essa parceria se tornava muito delimitada, com o passar dos anos foi possível perceber que tais instituições estavam interligadas por um vínculo maior e que assim se tornavam dependentes entre si.

Desta forma, se faz necessário reconhecer que de forma macro, a instituição escola, tem função primordial nessa relação de parceria entre os vários setores que compõem o sistema, tornando-o acessível a toda sociedade.

Assim esse trabalho teve como objetivo apresentar uma revisão histórica e social da relação entre família e escola, especialmente no Brasil, bem como apresentar determinações legais voltadas para a interação família-escola.

A família no contexto de desenvolvimento humano

De acordo com Silva (2003), "torna-se indiscutível a necessidade da família e escola estarem de comum acordo, pois o apoio entre ambas é fundamental", assim, a instituição "família" tem o seu papel no desenvolvimento e educação de seu filho, assim como a instituição escola carrega sua responsabilidade também ao desenvolvimento e educação do aluno, ou seja, a relação dessas duas instituições é de suma importância para o processo de ensino aprendizagem da criança.

Segundo o projeto de Lei nº 470 de 2013, criado pelo deputado Anderson Ferreira, em seu capítulo I, Art. 14:

As pessoas integrantes da entidade familiar têm o dever recíproco de assistência, amparo material e moral, sendo obrigadas a concorrer, na proporção de suas condições financeiras e econômicas, para a manutenção da família.

De fato, a família brasileira passou por inúmeras transformações ao longo dos anos, avanços significativos que vêm contribuindo para formação de uma sociedade menos “machista” e com mais igualdade social.

A família e a escola possuem um papel fundamental no desenvolvimento humano, pois são as primeiras instituições em contato direto com a criança, podendo ser considerada como o ponto de partida para uma melhor educação, em parceria com a escola, a família adquire forças para alcançar transformações essenciais diante do desenvolvimento da pessoa.

Sobre a família e escola, segundo Portela; Franceschini (2008),

Entende-se que o ambiente escolar nasceu para gerir as necessidades de um maior preparo na vida do indivíduo, ficando responsável por cumprir com o papel de transmitir conhecimentos curriculares, bem como, fica a família responsável pela formação de convivência na sociedade, onde a mesma fica responsável pela ética moral e social dos filhos.

Por ser a instituição que mais convive com a criança, a família exerce uma função essencial, pois é na família que os educandos terão seus primeiros contatos, compartilharão suas primeiras vitórias, fracassos e aprendizados. É com base na família que a criança irá passar pelo desenvolvimento humano. Entretanto, a família sozinha não poderá realizar o melhor trabalho, é necessário que ela incentive os filhos a buscarem na escola novos conhecimentos.

Por meio da escola a criança irá conviver com distintos grupos sociais, conhecer novas culturas, adquirir conhecimentos, experiências, adquirindo assim autonomia. Desse modo é cabível que ambas as instituições caminhem juntas para uma melhor aprendizagem, visto que é claro a necessidade de ambas no desenvolvimento cognitivo, moral e social da criança.

Sabe-se que a educação depende tanto do laço da família como da escola, onde educar é transmitir conhecimento, dessa forma, pode-se afirmar que a educação está presente no dia a dia do indivíduo, em todos os seus ambientes de convívio. Quando a criança percebe ter pais participativos na vida escolar, estes terão bons resultados no processo de ensino-aprendizagem. Crianças com pais ausentes, família não harmônica, terão maiores possibilidades de problemas de aprendizagem, social e psíquico, pois tendem a se sentirem desmotivados e desprotegidos.

Tanto a família, como a escola, possui um papel fundamental no desenvolvimento humano, pois é a primeira instituição em contato direto com a criança, podendo ser considerada como o ponto de partida para uma melhor educação. Em parceria com a escola, a família adquire forças para alcançar transformações essenciais para o desenvolvimento.

Para Pereira (2008, p.51),

Seja qual for o motivo que está na base da constituição da família, na maior parte das vezes são os laços de consanguinidade que estão na sua origem, mas seja qual for essa origem, o que realmente interessa é que existam afetos, interesses, valores comuns a todos os elementos que a compõem e que as relações que estabelecem entre si sejam fortes e verdadeiras, permitindo um bom ambiente familiar.

A família exerce uma função essencial, é com a família que os educandos terão seus primeiros contatos, compartilhar suas primeiras vitórias, fracassos e aprendizados; é com base na família que a criança irá passar pelo desenvolvimento humano; entretanto a família sozinha não poderá realizar o melhor trabalho, é necessário que a família incentive os filhos a buscarem na escola novos conhecimentos.

Através da escola a criança irá conviver com diferentes grupos sociais, conhecer novas culturas, adquirir conhecimentos, experiências, adquirindo assim autonomia. Desse modo é cabível que as instituições caminhem juntas para uma melhor aprendizagem, sendo perceptível a necessidade tanto da escola como da família no desenvolvimento cognitivo, moral e social da criança.

A família no processo educativo

A família é a base para um ensino aprendizagem de qualidade, nas palavras de Knobel (1992 p. 19, apud COSTA; AMORIM; FERREIRA, 2020, p. 03):

A família é um grupo primário e natural de nossa sociedade, no qual o ser humano vive e consegue se desenvolver. Na interação familiar, que é prévia e social (porém determinada pelo ambiente), configura-se bem precocemente a personalidade, determinando-se aí as características sociais, éticas, morais e cívicas dos integrantes da comunidade adulta. Por isso, muitos fenômenos sociais podem ser compreendidos analisando as características da família. Muitas das reações individuais que determinam modelos de relacionamentos também podem ser esclarecidas e explicadas, de acordo com a configuração familiar do sujeito e da sociedade da qual faz parte.

Para o autor, a família é considerada o centro da educação, dado que a formação moral, ética e social partem inicialmente de casa, pois os comportamentos de um indivíduo podem ser determinados com base na configuração familiar. É natural que os filhos se espelhem na família, em especial, nos pais; assim sendo, é importante que os pais entendam sua função como educadores.

Observa-se que a família desempenha um papel de muita responsabilidade, entretanto, tal função exige um preparo, o que muitas das vezes a família não conhece ou não possui conhecimento para exercer. Desta forma, a família deve se juntar a escola para adquirir os conhecimentos necessários e obter um melhor preparo.

Segundo Melchiori (2009, p. 121 apud COSTA; AMORIM; FERREIRA, 2020, p. 05):

A família representa o espaço de socialização, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, local para o exercício da cidadania, possibilidade para o desenvolvimento individual e grupal de seus membros, independentemente dos arranjos apresentados ou das novas estruturas que vêm se formando.

Desse modo, fica evidente a importância das crianças em sentir segurança e afeto nos laços familiares, elas necessitam de amor, aconchego, carinho e companheirismo, o que a família deve passar.

A família traz o apoio necessário dentro de casa para a criança, em relação a construção dos seus princípios e para seu desenvolvimento em sociedade, com base no respeito, solidariedade, igualdade e no amor ao próximo.

No entanto, estamos vivenciando uma diversidade de situações que afetam no desenvolvimento da criança, a família assim como pode contribuir de no processo de ensino aprendizagem da criança, também pode trazer resultados negativos no processo educativo, fatores como falta de diálogo, atenção e envolvimento da família na vida escolar do educando, são motivos para um baixo rendimento escolar.

Para Szymanski (2014, p. 66 apud COSTA; AMORIM; FERREIRA, 2020, p.8).

Os conflitos entre as famílias e escolas podem advir das famílias das diferenças sociais, valores, crenças, hábitos de interação e comunicação subjacentes ao modelo educativo. Tanto crianças como pais podem comportar-se segundo modelos educativos que não são da escola. Em virtude disto e de outros fatores, acaba ocorrendo um conflito de ideias entre a família e a escola, ocasionando o insucesso do processo educacional e, por consequência, do rendimento escolar.

Entende-se que o sucesso ou o fracasso da criança na escola, está relacionado com a realidade de cada aluno em casa. Para a criança obter um bom rendimento escolar é preciso um ambiente familiar harmônico e saudável. Criar laços entre ambas as instituições é uma forma de melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem em que o educando está inserido.

O papel social da escola no desenvolvimento humano

De acordo com Boto (2003, apud CAMPOLINA; OLIVEIRA, 2009, p. 04), foi com a era moderna que as escolas adquiriram reconhecimento e passaram a serem vistas como uma das principais instituições para sociedade.

Ao passar dos tempos foram criadas diversas escolas, onde cada uma vem ter seus próprios valores, ensinamentos e métodos de ensino, as escolas atualmente, podem adotar os seguintes parâmetros:

- ✓ **Escola Tradicional** – atualmente, é o modelo mais comum nas escolas brasileiras; na escola tradicional o aluno é receptor passivo de informação, enquanto o professor é o detentor do conhecimento. O aluno é avaliado pelo professor, através de trabalhos, questionários, provas, lições, onde com tais metodologias o professor, faz uma avaliação da capacidade de aprendizagem de cada educando, medindo assim o conhecimento de cada um.
- ✓ **Escola Freiriana** – A escola Freiriana é baseada na teoria de Paulo Freire, um dos maiores pedagogos brasileiros da história. A escola defende que o aluno não precisa ser avaliado através de trabalhos, questionários ou provas acadêmicas, mas sim, que o aluno deve aprender sempre levando em conta suas vivências e experiências pessoais, levando o aluno a também sentir o seu poder de transformação.

- ✓ **Escola Montessoriana** – A ideia central é, que o aluno deva adquirir conhecimento de forma independente, através de atividades que se voltem a realidade de cada um. A escola Montessoriana é de origem itálica, onde foi criada pela Maria Montessoriana que defendia o estudo da criança como um ato de liberdade.
- ✓ **Escola Construtivista** – Assim como a escola Freiriana, a escola Construtivista não se utiliza da metodologia da aplicação de provas ou questionários; aqui o aluno é o agente do seu próprio conhecimento, servindo o professor como suporte para que o aluno alcance seu próprio conhecimento e independência; a escola Construtivista teve como principais inspirações para ser fundada Lev Vygotsky e Jean Piaget.
- ✓ **Escola Waldorf**– Assim como outras escolas já mencionadas, a escola Waldorf não se utiliza de avaliações como um método de medir conhecimento. Aqui é escolhido um professor para fazer o acompanhamento individual de cada aluno, visando o desenvolvimento no sentido mais pleno do aluno; tal método se deu através dos estudos de Rudolf Steiner.

As transformações políticas e sociais ocorridas na sociedade, não só afetou a família como também trouxeram mudanças para a instituição "escola", pois antes era vista como um simples espaço físico, o qual a pessoa tinha como objetivo aprender conteúdo, agora conta com modelos de escolas desde as tradicionais até as mais modernas.

Para Santos e Coutinho (2020, p. 10):

A escola em si não pode menosprezar a base familiar, a história social de cada criança, pois o conteúdo de suas bases de conhecimentos e as metas do ensino de todas as pessoas adultas que participam desse processo, são muito importantes para seu desenvolvimento independente de quaisquer circunstâncias. A escola tem a função de responsabilizar-se sobre a educação da criança.

Ao longo dos anos escolas vêm transformando-se em um espaço de formação de cidadãos críticos, sendo vista não só como um espaço de aprendizagem, mas como um momento de interação e interação de todos os seus membros, incluindo a família como parte de sua constituição.

Conclusão

As escolas ainda necessitam serem mais acessíveis às famílias e a sociedade de forma geral, elas têm como missão formar cidadãos críticos, e a sociedade cabe reconhecer que a aprendizagem não se dá apenas na escola, mas em todos os ambientes e momentos, inclusive em casa onde os alunos devem aprender valores morais e éticos.

A escola deve avaliar o histórico social do aluno, levando em consideração o ambiente familiar em que ele está inserido. Assim, faz-se necessário que a escola busque metodologias para uma participação ativa dos pais no processo de ensino-aprendizagem de seus filhos.

Referências

- BRASIL. Senado Federal. Atividade Legislativa. *Projeto de lei do Senado nº 470, de 2013*. 24 set. 2015a. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115242>>. Acesso em: 13 abr. 2021
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CAMPOLINA, Luciana de Oliveira e OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. **Cultura escolar e práticas sociais**: episódios cotidianos da vida escolar e a transição para a adolescência. Educ. Pesqui. [online]. 2009, vol.35, n.2, pp.369-380. ISSN 1678-4634.
- COSTA, Edna Aparecida Alves Nunes; AMORIM, Vera Lúcia; FERREIRA, Erenita Fernandes: **A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE FAMILIAR NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS**: Um artigo original. Anais do 3º Simpósio de TCC, das faculdades FINOM e Tecsona. 2020; 1671-1678.
- OLIVEIRA, Izabel Lúcia dos Santos; BRAGA, AndreolinaPelaes; PRADO, Cleidia Maria Nogueira. **Participação da família no desenvolvimento da aprendizagem da criança**. Estação Científica (UNIFAP), Macapá, v. 7, n. 2, p. 33-44, maio/ago. 2017.
- PEREIRA, Paulo Adolfo. **Desafios Contemporâneos para a Sociedade e a Família**. Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 48, Ano XVI. São Paulo: Cortez, 1995.2008.
- SANTOS, Sandra; COUTINHO, Diógenes. **A contribuição da família no contexto escolar** Family contribution in schoolcontext. Braz. J. ofDevelop, v. 6, n. 7, p. 42478-42498, 2020.
- Enviado em 31/08/2021
Avaliado em 10/10/2021

RESENHA

MENDES, E. G. A Política de Educação e o Futuro das Instituições Especializadas no Brasil. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 27, n. 22, p. 1-24, 2019.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: OS DESAFIOS PARA A ESCOLARIZAÇÃO

Ana Maria Alves da Silva²⁰

Charlyan de Sousa Lima²¹

Bruna Cruz Magalhães²²

A autora, Enicéia Gonçalves Mendes possui doutorado em psicologia (psicologia experimental) pela Universidade Federal de São Paulo é presidente da associação Brasileira de pesquisa em Educação Especial. O artigo a ser desenhado trata-se de um dossiê especial sobre política de inclusão e Extensão da Obrigatoriedade escolar com o título “a política de Educação Inclusiva e o Futuro das Instituições Especializadas no Brasil” de cunho científico. Sua estrutura apresenta importantes discussões a respeito das políticas de educação espacial no Brasil na perspectiva de Inclusão escolar. Com contribuições históricas, legais, políticas, pragmáticas e científicas no plano das instituições especializadas e filantrópicas. Toda a discussão presente no artigo encontra-se em análises separadas, com finalidade didática, mas que mantém ligação entre si. Sua linha de argumentos está baseada em achados científicos, legislação Nacional e documentos oficiais da política de educação especial.

Em contexto histórico, a autora nos situar sobre o desenvolvimento da educação especial no Brasil. Trata-se de uma breve discussão sobre as primeiras instituições de cunho filantrópico, que serviam como uma espécie de caridade, sem fins lucrativos. É justamente nessa linha de argumentos a respeito das instituições especializadas e também nossas primeiras classes especiais nas escolas públicas que temos nosso modelo de ensino voltado para alunos portadores de deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades.

Em consequência, cabe considerar que esses órgãos desempenharam um papel importante na trajetória da educação especial. De certa forma, desresponsabilizava o estado pela atenção à pessoa com deficiência.

Historicamente, a educação especial é assegurada legalmente na Constituição Federal de 1988 da LDBEN de 1996, garantindo o direito à educação para todos. Dentro desses parâmetros, se destaca ao AEE (Atendimento Educacional Especializado) que serve de suporte para a pessoa com deficiência esteja matriculada em classe comum do ensino regular. De todo modo, a educação especial precisa reconfigurar suas políticas. Aprimorá-la para a escolarização de todos, na perspectiva de uma escola inclusiva de qualidade; que valoriza toda forma de conhecimento assimilado pelos seus alunos, isso significa oferecer condições para todos apreender; compreender que a escolar também é um lugar de diversidade, sem rótulo qualquer sujeito.

Por tanto, o atendimento educacional especializado é um serviço adicional complementado o ensino já oferecido pela escola. Uma das maiores dificuldades que a AEE vem enfrentados é a falta de clareza nas estatísticas oficiais sobre o número de sujeitos que estão sendo realmente escolarizados pelo estado impossibilitando assim a transferência das matrículas desses sujeitos das instituições especializadas e filantrópicas para as classes comuns.

²⁰ Graduanda em Linguagens e Códigos – Português pela Universidade Federal do Maranhão.

²¹ Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES. Professor da Rede Estadual do Maranhão e da Rede Municipal de Chapadinha-MA.

²² Mestra em Saúde do Adulto e da Criança pela Universidade Federal do Maranhão. Professora do Curso da Faculdade Santa Luzia.

Em vista, o Plano Nacional chega como reforço a ideia da matrícula preferencial em classe comum. Em contra partida, salienta que a escola especial deveria dá destaque as necessidades do aluno com deficiência. A Convenção da Guatemala abomina a discriminação ou tratamento desigual e ressalta o direito a liberdade. No entanto, as políticas modernas são baseadas no princípio da discriminação. Pontuada como uma discriminação positiva. Tais princípios servem para assegurar os direitos das pessoas com deficiência. De todo modo, essas políticas também são caminhos para se construir uma escola inclusiva de qualidade.

O Estado por sua vez, procurar garantir um número máximo de matrículas em classes comum do ensino regular, aumentando assim a responsabilidade da educação pública pelo direito a educação das pessoas com deficiência. Assim, o futuro das instituições especializadas e filantrópicas é incerto. No Brasil, o que se tem visto são políticas que se configuram em relações de interesse econômico, criando barreiras no processo de escolarização e impedindo muitas vezes a inserção da pessoa portadora de deficiência a vida social.

A inclusão escolar, ainda enfrenta inúmeras dificuldades a respeito da escolarização de todos. O atendimento educacional passa por limitações, erros, acertos, dificuldades e possibilidades. Na perspectiva de uma escola inclusiva de qualidade, a aprendizagem não permitiu rotulação. Existe a necessidade de adequar o ensino para os alunos com deficiência. A escola deve preservar o direito da pessoa com deficiência de frequentar a sala de aula.

De fato, a responsabilidade pela educação de todos é reservada ao estado, mas não podemos negar a importância das instituições especializadas e filantrópicas na história da educação especial. Cabe ressaltar, que estas instituições precisam reconfigurar suas políticas se querem realmente ser reconhecidas com escolas especiais propriamente ditas, já que o impasse no momento é o ambiente onde os alunos portadores de deficiência vão ser escolarizados.

É preciso considerar, a valorização da diversidade garantindo a participação de todos nas práticas educacionais, reorganizado políticas que impossibilite a discriminação e a exclusão social em vista, das práticas sociais, culturais que esse sujeito está inserido no cotidiano. A escola inclusiva deve leva em conta a pluralidade e as redes de interação presente nesta ambiente, onde o importante não é rótula o alunato por sua diferença ou até mesmo alimenta a discriminação, mas, reconhecer todas as formas de assimilação do conhecimento.

RESENHA

NEVES, L. R.; RAHME, M. M. F.; FERREIRA, C. M. R. J. Política de educação especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, 2019.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS DESAFIOS DO PROCESSO INCLUSIVO

Maria Valdilene Santos Pereira²³

Charlyan de Sousa Lima²⁴

Bruna Cruz Magalhães²⁵

O processo que cerca a promoção de uma educação especial se caracteriza com a instauração de medidas políticas educacionais que se encontram presentes em países desenvolvidos e em processo de desenvolvimento. O presente trabalho analisado intitulado “Política de Educação especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva” apresenta uma abordagem voltada a educação inclusiva e sobre sua importância para os estudantes com necessidades especiais e como esta vem ser determinante para seu crescimento pessoal e profissional.

O ano de 1980 marca o início do processo de integração de medidas integrativas sociais e nos anos 90 data o início da expansão para outros países, fato que desencadeou um processo educacional que corroborou para o comprometimento ético e político dos governantes, os quais buscam garantir a integridade e acesso de toda a educação inclusiva.

Neves; Rahme e Ferreira (2019) destaca que a Declaração de Salamanca de 1994 tem como objetivo garantir que crianças com deficiências tivessem acesso a escola comum e não mais aos espaços segregados, tendo isto, ocasionado diversos discursos voltados a definição do atendimento a esse público. Diante disso, se percebeu que a necessidade de um atendimento maior e melhor resultou na construção de medidas integrativas de educação especializada, onde tais medidas ganharam maior visibilidade com o decorrer dos anos.

Os anos de 1990 segundo os autores marcaram o início das inquietações e disputas voltadas ao atendimento as pessoas com necessidades especiais, sendo ainda nos anos 90 que ocorreu a convenção interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência. Pode-se perceber que as medidas discutidas voltam-se para a busca de melhores condições de atendimento e gestão educacional a frente as especificidades de cada indivíduo dentro do processo educacional, ressalta-se ainda, que com a implementação de novas condições educacionais, faz-se necessário o aperfeiçoamento de todos os profissionais envolvidos no ato de educar.

Um ponto importante para a constituição de uma educação inclusiva foi a realização da convenção dos Direitos das pessoas com Deficiência em 2006 (VOLTOLINI, 2015) que tinha por objetivo promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as pessoas com deficiências e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Desta forma, os direitos estabelecidos e garantidos por meio desta convenção proporcionam melhores condições.

²³Graduada em Linguagens e Códigos – Português pela Universidade Federal do Maranhão.

²⁴Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES. Professor da Rede Estadual do Maranhão e da Rede Municipal de Chapadinha-MA.

²⁵Mestra em Saúde do Adulto e da Criança pela Universidade Federal do Maranhão. Professora do Curso da Faculdade Santa Luzia.

Desse modo, as medidas apresentadas por todas as conferências realizadas visaram a garantia dos direitos fundamentais às pessoas com deficiências. Sendo assim, as diversas ações e menções apresentadas no presente artigo proporcionam uma reflexão sobre a visibilidade dada às leis nas convenções com pautas voltadas à educação inclusiva não somente no Brasil mas, em todo o mundo.

Os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo (2006) em seu texto diz que, a educação inclusiva é apresentada como um paradigma educacional apoiado na noção de direitos humanos e alinhado à construção de sistemas educacionais inclusivos, onde caberiam mudanças substanciais na cultura da escola e na sua estrutura, secularmente estabelecidas, de modo que, todos os alunos tivessem suas especificidades atendidas. É visível a necessidade de medidas que proporcionem o atendimento às demandas ainda voltadas à educação inclusiva, para que deste modo, todas as carências dos alunos sejam atendidas, tanto na vida educacional, mas também, na vida social e profissional de cada estudante.

As novas medidas educacionais precisam visar a participação incursão de todos os estudantes com deficiências não sistema, garantindo desta forma um aprendizado integral entre todos os estudantes. Os autores proporcionam uma visão abrangente voltada à importância de constantes diálogos em sala de aula, diálogos estes que visam enfatizar e ressaltar os direitos interativos de toda pessoa com necessidades especiais. Tendo este ainda a relevância de proporcionar a integração de todos nestes diálogos.

Conforme é pontuado no artigo o Atendimento Educacional Especializado se refere à promoção de uma Educação Especial destinada ao atendimento de alunos com necessidades educacionais específicas. O Atendimento Educacional Especializado - AEE se apresenta como um serviço, recursos, apoio complementar que pode ser efetivado dentro ou fora do espaço escolar regular.

Neves; Rahme e Ferreira (2019) enfatizam que, somente na segunda metade do século XIX ocorreu o reconhecimento da necessidade de práticas educativas diferenciadas para o oferecimento de uma educação inclusiva às pessoas que possuíam determinada deficiência. Desse modo, inicialmente no Brasil o atendimento especializado se limitou apenas aos cegos, só depois se abrangeu pessoas surdas.

Os autores destacam no trabalho a necessidade de políticas públicas das medidas inclusivas voltadas às pessoas com necessidades especiais. No artigo cita-se Rinaldo Voltolini (2015) que abre espaço para uma discussão sobre como as medidas públicas são uma ferramenta comercial para a eficácia da implantação das medidas desenvolvidas contadas a este público comenta que o significativo que a inclusão nos chega pela via da política pública e, desta forma, ao tratarmos de algo para todos, como uma expressão que busca assinalar o direito comum, também estamos tratando do seu avesso, uma vez que “[...] a própria existência da necessidade de incluir demonstra a tendência segregativa presente na sociedade contra a qual o esforço inclusivo se coloca” (VOLTOLINI, 2015, p. 225).

Diante as afirmativas apresentadas no decorrer deste trabalho percebe-se a constante necessidade da busca de medidas eficazes que possam proporcionar em seu total a inclusão de todas as pessoas com necessidades especiais, não somente no sistema educacional mas, na sociedade como um todo. Pode-se ressaltar ainda que a inclusão não se desenvolve apenas por meio de medidas de políticas públicas mas, por meio de todo o conjunto de normas e profissionais que visam proporcionar e garantir a integridade e efetivação das ações inclusivas.

Neves; Rahme e Ferreira (2019) ressaltam no presente trabalho que todas as idéias discutidas configuraram e marcaram todo o processo o que cercam a educação inclusiva em todo território brasileiro. As ideias aqui discutidas corroboram como a afirmação de que a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI se configura como um marco destacável na história brasileira da educação das pessoas com deficiências. Todavia, deve-se ressaltar que mediante todas as informações apresentadas deve ser ainda enfatizar que diversas pessoas portadoras de necessidades especiais ainda são excluídas de todo o sistema educacional que fora desenvolvido para atendê-la.

A construção desse trabalho intencionou analisar de modo criterioso as fases que cercam a educação inclusiva no Brasil. Deste modo, o referido artigo é pautado no embasamento teórico acerca da PNEEPEI, documento que oportuniza uma reflexão sobre a promoção de uma educação inclusiva, favorecendo o processo de inserção de pessoas com deficiência no ambiente escolar.

Portanto, no decorrer do presente artigo nota-se a constante afirmação de que existe uma necessidade de melhorias na estruturação e instauração das medidas de políticas públicas destinadas a efetivação da educação inclusiva. É necessário reformulações que tornem tais medidas mais acessíveis a toda a população que necessita fazer uso de atendimento diferenciado. Apesar das circunstâncias citadas, a efetivação dos princípios contidos na formulação da PNEEPEI possibilita a concretização do direito humano, a uma educação de qualidade, que favoreça uma experiência educativa singular, atendendo suas necessidades específicas dentro e fora do contexto educacional de modo eficaz e integrativo.

Referências

- NEVES, Libéria Rodrigues. RAHME, Mônica Maria Farid. FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de educação especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, 2019.
- VOLTOLINI, Rinaldo. Miséria Ética na Educação Inclusiva: por uma inclusão política mais do que social. **Educação**, Porto Alegre, v.38, n. 2, p. 222-229, maio/ago, 2015.